

revista cidades



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL

equipe editorial

Cidades é uma publicação voltada à divulgação de pesquisas e reflexões que envolvem a compreensão da problemática urbana a partir de um olhar preferencial, mas não exclusivamente geográfico.

Fundada em 2002 sob a responsabilidade do Grupo de Estudos Urbanos (GEU), ela está hoje sediada na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) sob a responsabilidade de um Conselho Editorial que, em 2020, assumiu a revista sob o compromisso com a pluralidade na produção do conhecimento no campo dos estudos urbanos.

A revista tem como objetivo contribuir para ampliar nossa capacidade de ler e interpretar o processo de urbanização e as cidades num período em que tem se aprofundado a complexidade das relações que orientam processos e dinâmicas e se aceleram o ritmo das transformações.

Cidades está vinculada à linha de pesquisa Produção do espaço urbano-regional do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFFS.

Publicação sob responsabilidade da Universidade Federal da Fronteira Sul
Rodovia SC 484 - Km 02, - Chapecó, SC,
Brasil. CEP 89815-899
ISSN (online) 2448-1092

cidades.uffs.edu.br
@revistacidades



Programa de
Pós-Graduação
em Geografia

volume 15 | número 24 | ano 2023

Conselho editorial

Dr.^a Catherine Chatel

Université Paris Cité, França

Dr. Igor Catalão

Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil

Dr. Márcio José Catelan

Universidade Estadual Paulista, Brasil

Dr. Oscar Sobarzo

Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Dr. William Ribeiro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Responsável editorial

Dr. Igor Catalão

Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil

Direção de arte e design

Arq. e Urb. Amanda Rosin de Oliveira

Universidade de São Paulo, Brasil

Equipe de apoio

Me. Carliana Grosseli

Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
Brasil

Me. João Henrique Zoehler Lemos

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Vitor Hugo Batista

Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil

Bibliotecária responsável

Franciele Scaglioni da Cruz

Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil

Projeto gráfico e diagramação

AROLab | Amanda Rosin de Oliveira

Capa: Colagem autoral por Inayara Sampaio




Esta revista está licenciada sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

Conselho Editorial Internacional


Dr.^a Alicia Lindón, Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa, México, alicia.lindon@gmail.com
Dr.^a Ana Fani Alessandri Carlos, Universidade de São Paulo, Brasil, anafanic@usp.br
Dr. Angelo Serpa, Universidade Federal da Bahia, Brasil, angeloserpa@hotmail.com
Dr.^a Aurélia Michel, Université Paris Cité, França, aurelia.michel@univ-paris-diderot.fr
Dr. Carles Carreras, Universitat de Barcelona, Espanha, ccarreras@ub.edu
Dr.^a Carme Bellet, Universitat de Lleida, Espanha, carme.bellet@udl.cat
Dr.^a Claudia Damasceno, École des Hautes Études en Sciences Sociales, França, claudia.damasceno@ehess.fr
Dr.^a Diana Lan, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Argentina, dlan@fch.unicen.edu.ar
Dr.^a Doralice Sátyro Maia, Universidade Federal da Paraíba, Brasil, dsatyromaia@gmail.com
Dr. Federico Arenas, Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile, farenasv@uc.cl
Dr. Gabriel Silvestre, University of Sheffield, Reino Unido, g.silvestre@sheffield.ac.uk
Dr. Horacio Capel, Universitat de Barcelona, Espanha, hcapel@ub.edu
Dr. Jan Bitoun, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil, bitounjan@gmail.com
Dr. José Borzachiello da Silva, Universidade Federal do Ceará, Brasil, borzajose@gmail.com
Dr. Laurent Vidal, Université de La Rochelle, França, lvidal@univ-lr.fr
Dr.^a Leila Christina Dias, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, leila@cfh.ufsc.br
Dr.^a Luciana Buffalo, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina, lubuffalo@gmail.com
Dr. Luis Alberto Salinas Arreortua, Universidad Nacional Autónoma de México, México, luis_arreortua@hotmail.com
Dr.^a Maria Encarnação Beltrão Sposito, Universidade Estadual Paulista, Brasil, mebsposito@gmail.com
Dr.^a María Laura Silveira, Conicet/Universidad de Buenos Aires, Argentina, maria.laura.silveira.1@gmail.com
Dr.^a Odette Carvalho de Lima Seabra, Universidade de São Paulo, Brasil, odseabra@usp.br
Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, paulo.soares@ufrgs.br
Dr. Pedro de Almeida Vasconcelos, Universidade Federal da Bahia, Brasil, pavascon@uol.com.br
Dr. Roberto Lobato Corrêa, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, lobatocorrea39@gmail.com
Dr. Rodrigo Hidalgo, Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile, rodrigohidalgogeo@gmail.com
Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Junior, Universidade Federal do Pará, Brasil, stclair-jr@hotmail.com
Dr.^a Tatiana Schor, Universidade Federal do Amazonas, Brasil, tatiana.schor@gmail.com
Dr. Vincent Berdoulay, Université de Pau et des Pays de l'Adour, França, vincent.berdoulay@univ-pau.fr

índice




P.05 - 08

APRESENTAÇÃO



P.09 - 10


**POLÍTICA
EDITORIAL**



P.11 - 20

**HOJE, A
INTELIGÊNCIA
ESPACIAL**

JAQUES LEVY



P.21 - 48

**LA
FRAGMENTACIÓN
SOCIOESPACIAL A
TRAVÉS DE LA VIDA
COTIDIANA:**
Análisis de prácticas
espaciales de
habitantes de
Marabá-PA (Brasil)


**ALEJANDRO
MORCUENDE;
JEAN LEGROUX**



P.49 - 61

**DEBATE SOBRE
MUNICÍPIOS DE
PEQUENO PORTE
I NA POLÍTICA
DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL**

**PAULA FONSECA
DO NASCIMENTO**




P.62 - 87

**OS TERRITÓRIOS
PERIFÉRICOS DA
METRÓPOLE DE SÃO
PAULO:**

Do "Desenvolvimento
desigual e
combinado" à
"Desconstrução
realmente existente"

**DANIEL MANZIONE
GIAVAROTTI**




P.88 - 111

**FACES
CONTEMPORÂNEAS
DA URBANIZAÇÃO
E DO URBANO NO
BRASIL**

Um caso do
semiárido

**DENISE ELIAS;
RENATO PEQUENO**



P.112 - 152

**MOVIMENTOS
SOCIAIS URBANOS
E CIDADANIAS
PERIFÉRICAS
INSURGENTES:**

A luta dos moradores
do Calabar
(Salvador, BA) pelo
direito à cidade

**RAIQUE LUCAS DE JESUS
CORREIA; GABRIEL BARROS
GONÇALVES DE SOUZA;
JOSÉ EUCLIMAR XAVIER DE
MENEZES**

MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E CIDADANIAS PERIFÉRICAS INSURGENTES: A LUTA DOS MORADORES DO CALABAR (SALVADOR, BA) PELO DIREITO À CIDADE

RAIQUE LUCAS DE
JESUS CORREIA

Universidade Salvador

raiquelucas@hotmail.com

GABRIEL BARROS
GONÇALVES DE SOUZA

Universidade Salvador
gabriel.barros@

animaeducacao.com.br

JOSÉ EUCLIMAR XAVIER
DE MENEZES

Universidade Salvador
jose.euclimar@

animaeducacao.com.br

RESUMO

Desde a década de 1970, os moradores da comunidade do Calabar, em Salvador-BA, começaram a se organizar politicamente, como forma de pressionar os órgãos públicos a reconhecerem a legalidade da ocupação e mobilizar intervenções para a melhoria da qualidade de vida na comunidade. Foi assim que surgiu o movimento Jovens Unidos do Calabar - JUC e, posteriormente, a Associação de Moradores, desdobrando-se em uma série de outras organizações locais, como a Escola Aberta do Calabar e a Biblioteca Comunitária do Calabar. Nesse sentido, o presente artigo buscou compreender, a partir das vivências de um grupo de moradores da comunidade do Calabar, os sentidos e significados implicados na luta política desta comunidade pela efetivação do direito à cidade e fortalecimento do exercício da cidadania em um contexto urbano periférico. Para tanto, foi realizada uma investigação empírica sobre a comunidade do Calabar, entrevistando moradores envolvidos com a militância política local e levantando informações históricas sobre o surgimento da comunidade no contexto de urbanização da cidade do Salvador-BA. Metodologicamente, optou-se pela revisão bibliográfica para levantamento dos conceitos e teorias que embasam a presente discussão, bem como das informações relativas à história da comunidade do Calabar, seu surgimento e desenvolvimento no contexto de urbanização da cidade do Salvador-BA; entrevista em profundidade com roteiro semiestruturado para coleta de dados empíricos; e Análise de Discurso (AD) como método de sistematização e interpretação dos resultados. Ao final, pôde-se evidenciar a importância da luta dos moradores do Calabar para um redimensionamento a propósito da noção estrita de cidadania, deslocando-a de uma compreensão estática para uma concepção viva, enriquecida pelos movimentos contínuos, permanentes, de (re)apropriação territorial e reivindicação do direito à cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania. Direito à Cidade. Periferia. Luta Política. Resistência Urbana.



Esta revista está licenciada sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

URBAN SOCIAL MOVEMENTS AND INSURGENT PERIPHERAL CITIZENSHIPS: THE STRUGGLE OF CALABAR RESIDENTS (SALVADOR, BA) FOR THE RIGHT TO THE CITY

ABSTRACT

Since the 1970s, the residents of the Calabar community in Salvador, Bahia, have started to organize themselves politically as a means to pressure public authorities to recognize the legality of their occupation and mobilize interventions to improve the quality of life in the community. It was in this context that the Jovens Unidos do Calabar - JUC (United Youth of Calabar) movement emerged, followed by the Residents' Association, which then led to the establishment of several other local organizations, such as the Open School of Calabar and the Community Library of Calabar. In this sense, this article sought to understand, based on the experiences of a group of Calabar community residents, the meanings and implications involved in the community's political struggle for the realization of the right to the city and the strengthening of citizenship in a peripheral urban context. To achieve this, an empirical investigation of the Calabar community was conducted, involving interviews with residents engaged in local political activism and gathering historical information about the community's emergence within the urbanization process of Salvador, Bahia. Methodologically, the study employed a literature review to explore the concepts and theories that underpin the present discussion, as well as to gather information about the history of the Calabar community, its emergence, and development within the urbanization context of Salvador, Bahia. In-depth interviews with a semi-structured script were conducted to collect empirical data, and Discourse Analysis (DA) was employed as a method for systematizing and interpreting the results. Ultimately, the study revealed the importance of the Calabar residents' struggle in reshaping the narrow notion of citizenship, shifting it from a static understanding to a vibrant conception enriched by ongoing and continuous movements of territorial (re)appropriation and the demand for the right to the city.

KEYWORDS: Citizenship. Right to the City. Periphery. Political Struggle. Urban Resistance.

MOVIMIENTOS SOCIALES URBANOS Y CIUDADANÍAS PERIFÉRICAS INSURGENTES: LA LUCHA DE LOS RESIDENTES DE CALABAR (SALVADOR, BA) POR EL DERECHO A LA CIUDAD

RESUMEN

Desde la década de 1970, los residentes de la comunidad de Calabar en Salvador, Bahía, comenzaron a organizarse políticamente como forma de presionar a las autoridades públicas para reconocer la legalidad de su ocupación y movilizar intervenciones para mejorar la calidad de vida en la comunidad. Fue así como surgió el movimiento Jovens Unidos do Calabar - JUC (Jóvenes Unidos de Calabar) y posteriormente la Asociación de Residentes, dando lugar a una serie de otras organizaciones locales, como la Escuela Aberta do Cabalar y la Biblioteca Comunitaria do Calabar. En este sentido, el presente artículo buscó comprender, a partir de las experiencias de un grupo de residentes de la comunidad de Calabar, los sentidos y significados implicados en la lucha política de esta comunidad por la efectivización del derecho a la ciudad y el fortalecimiento del ejercicio de la ciudadanía en un contexto urbano periférico. Para ello, se llevó a cabo una investigación empírica sobre la comunidad de Calabar, entrevistando a residentes involucrados en el activismo político local y recopilando información histórica sobre el surgimiento de la comunidad en el contexto de la urbanización de la ciudad de Salvador, Bahía. Metodológicamente, se optó por una revisión bibliográfica para recopilar los conceptos y teorías que respaldan la presente discusión, así como la información relacionada con la historia de la comunidad de Calabar, su surgimiento y desarrollo en el contexto de la urbanización de la ciudad de Salvador, Bahía; entrevistas en profundidad con un guión semiestructurado para recopilar datos empíricos; y Análisis del Discurso (AD) como método de sistematización e interpretación de los resultados. Al final, se pudo evidenciar la importancia de la lucha de los residentes de Calabar para una redefinición de la noción estricta de ciudadanía, desplazándola de una comprensión estática a una concepción viva, enriquecida por los movimientos continuos y permanentes de apropiación territorial y demanda del derecho a la ciudad.

PALABRAS CLAVE: Ciudadanía. Derecho a la Ciudad. Periferia. Lucha Política. Resistencia Urbana.

1 | INTRODUÇÃO

O conceito de cidadania, ou melhor, a compreensão daquilo que significa “ser cidadão”, sempre esteve em disputa, assumindo significados e conteúdos distintos ao longo da história. Com efeito, conforme assinala Dalmo Dallari (1984, p. 61), “o conceito de cidadão é mal definido, ambíguo e é utilizado com diferentes sentidos”. Há aqueles que o empregam com a intenção de eliminar as diferenças, isto é, a cidadania vista como expressão da igualdade; outros, porém, adotam uma perspectiva mais restrita, considerando a cidadania como uma expressão jurídica da nacionalidade, pelo que determinados indivíduos passam a ter responsabilidades públicas, inclusive, fruindo do gozo de alguns direitos (DALLARI, 1984).

Em ambos os casos, parte-se de uma visão liberal e, quase sempre, positivista da cidadania. Mesmo aqueles que, como T. H. Marshall (1967), propõem uma abordagem alternativa desde uma ancoragem sócio-histórica, são raros os que conseguem romper com a lógica predominante de visualizar a cidadania como um *status* que outorga a seus portadores direitos e deveres. Esse lugar-comum está firmado também nas declarações e tratados internacionais de Direitos Humanos que, segundo a crítica de Douzinas (2009), tendem a enclausurar esses direitos sob a faixada de um discurso universalista, formal e homogêneo, impedindo, com isso, uma prática verdadeiramente comprometida com os valores revolucionários e progressistas que constituem a base histórica do surgimento desses direitos.

Essas afirmações encontram ecos no pensamento de Luis Alberto Warat (1997), que busca pensar o

exercício da cidadania como uma prática política desde e para os Direitos Humanos. Segundo Warat (1997, p. 32), “a prática política dos direitos humanos tem que adquirir uma dimensão de resistência que ultrapasse a tradicional luta pela aquisição de um direito irrestrito a cidadania”. Com isso, Warat (1997) questiona frontalmente as vertentes “jurisdicistas” que buscam reivindicar a neutralidade ideológica da luta pelos Direitos Humanos, despolitizando-a. Em sua acepção, o significado político profundo de uma prática dos direitos humanos verdadeiramente engajada com os ideais de justiça social, igualdade material e dignidade humana encontra-se intrinsecamente ligado a uma concepção de política como espaço público (de uma sociedade incerta, heterogênea, conflitiva) e prática simbólica de transgressão, resistência e transformação (WARAT, 1997). Urge, portanto, (re)pensar os Direitos Humanos longe dos lugares convencionais e dos reducionismos das convenções. Não podemos mais falar de Direitos Humanos ignorando a realidade vivenciada pelos grupos e classes sociais marginalizados; a realidade das “ruas”, dos “becos”, dos “guetos”, daqueles que convivem com o descaso, o desprezo e a violência: *“la calle grita constantemente la desmesura, denunciando como son ignoradas las diferencias, reducidas a minorias excluidas. Es un grito que no se escucha”* (WARAT, 2010, p. 127).

O trabalho de Roberto Lyra Filho (1986, p. 312) também é seminal ao propor uma apreensão dos Direitos Humanos como vetor dialético do processo de conscientização histórica: “o Direito não é; ele se faz, nesse processo histórico de libertação — enquanto desvenda progressivamente

os impedimentos da liberdade não lesiva aos demais. Nasce na rua, no clamor dos espoliados e oprimidos [...] até se consumir como destino finalístico dos Direitos Humanos. Em sua concepção, conforme elucida José Geraldo de Sousa Júnior (2011), os Direitos Humanos surgem como uma síntese jurídica e um critério para avaliar a emergência de normas, vez que indicam a essência característica do ser humano e servem como uma medida não alienante das relações sociais que ele estabelece. O programa teórico-metodológico de “O Direito Achado na Rua” acentua esse entendimento, agregando a ação dos sujeitos coletivos para pensar uma *práxis* dos Direitos Humanos como “modelo avançado de uma legítima organização social da liberdade” — conscientizada e conscientizadora. Assim, como explica Alexandre Bernardino Costa *et al.* (2021, p. 211-212), “[...] o humanismo dialético de ODAnR [O Direito Achado na Rua] se baseia na concreticidade das relações sociais de opressão e das lutas dos oprimidos e oprimidas do mundo pela conquista de direitos”.

Nesse desdobramento, a cidadania emerge e só pode mesmo ser percebida, dentro de um contexto de práticas sociais emancipatórias, como um exercício reivindicatório orientado pelas necessidades materiais das classes espoliadas e oprimidas (LYRA FILHO, 2006; SOUSA JUNIOR, 2011). Esse exercício deve conduzir não apenas a efetivação de direitos, mas a uma ruptura na própria ordem institucional e social em que se sedimenta o regime das desigualdades (RUBIO, 2014). Para tanto, há que se considerar o componente territorial como intrínseco ao exercício da cidadania, pois é no território vivido que essas relações se espacializam, se reproduzem e se consomem (FLEURY,

2005; GOMES, 2006; SANTOS, 2007; CÔRTEZ; ARAÚJO, 2022). Com efeito, “se aceitarmos que uma reflexão de identidade geográfica é aquela que procura discutir uma certa ‘lógica’ na ocupação do espaço, [...] compreenderemos a importância de um tratamento geográfico da questão da cidadania” (GOMES, 1997, p. 50).

Como afirma Bello (2011), na contemporaneidade, a cidade é o espaço privilegiado onde surgem e se manifestam novas problemáticas e atores político-sociais, representados pelos novos direitos urbanos de cidadania. Para Holston (2013) é exatamente no seio desses processos e conflitos urbanos que cidadãos marginalizados irrompem coletivamente, exigindo a efetivação de direitos e contestando as bases da exclusão socioespacial através de ações e estratégias reivindicatórias, dando origem, assim, ao que ele chama de “cidadania insurgente”. Nesse contexto, a “cidadania insurgente” se apresenta como uma resposta direta às injustiças sociais, representando um movimento de participação ativa e mobilização dos grupos marginalizados, que buscam transformar o seu espaço, conquistar direitos e se afirmar com cidadãos a partir de um processo de enfrentamento e desestabilização do sistema dominante (HOLSTON, 2013). Dessa forma, em um cenário onde as complexidades urbanas muitas vezes exacerbam as disparidades sociais, a “cidadania insurgente” emerge como um catalisador vital para a construção de novas comunidades políticas, moldando um novo paradigma de participação cidadã e redefinindo o próprio significado do que seja “ser cidadão”, ou melhor, do que seja ser “cidadão periférico”. Ademais, como complementa Silva (2017, p. 72), “essa ‘outra’ cidadania tem relação

particularmente com os pobres do Hemisfério Sul e visa muito mais à resistência e aos recursos básicos cotidianos do que às reivindicações da classe trabalhadora europeia no século passado”, pelo que, em última análise, se associa a ideia de “direito à cidade”.

Segundo Holston (2009, p. 255, tradução nossa), “Lefebvre compreendia o direito à cidade como uma reivindicação pelas classes trabalhadoras de uma presença na cidade que legitimasse sua apropriação dos espaços urbanos e sua recusa em serem excluídas deles”. Na visão de Lefebvre (2001), o “direito à cidade” referia-se, a despeito do significado aparente do termo, não a um direito em particular, mas dentro de uma acepção muito mais filosófica do que jurídica, a possibilidade de os cidadãos-citadinos participarem ativamente do processo de produção do espaço e do cotidiano da cidade, ou seja, de a cidade tornar-se “obra” de seus habitantes e não uma “mercadoria” a serviço do lucro e da acumulação de capital. Então, questiona Holston (2009): por qual razão utilizar o termo “direito” se este não se refere a uma norma objetiva que resulte em poder subjetivo ou que articule necessidades por meio de um conjunto específico de reivindicações, poderes e obrigações legalmente sancionadas?

Ao acompanhar a evolução histórica das lutas diárias pela sobrevivência entre os marginalizados da urbanização global desde a época em que Lefebvre escreveu *Le droit à la ville*, em 1967, podemos perceber que, de fato, surgiu entre esses grupos e a partir de suas articulações políticas uma noção “insurgente” do “direito à cidade” como reflexo do próprio cenário de degradação e precarização dos espaços ocupados

por esses indivíduos (HOLSTON, 2009). Assim, “o direito à cidade que era para Lefebvre (1996: 158) ‘um grito e uma demanda’ [...] perdeu sua qualidade metafórica e ancorou-se a uma articulação específica que ele não imaginou — na verdade, que o marxismo consistentemente criticou, senão rejeitou” (HOLSTON, 2009, p. 256, tradução nossa). Para muitos dos pobres urbanos, ele se tornou um tipo específico de demanda: uma reivindicação dos cidadãos, um direito do cidadão, um direito articulado dentro do quadro da cidadania e seus termos legais, políticos, éticos e performativos. E isso é precisamente verdadeiro quando observamos a realidade das periferias brasileiras onde os despossuídos da cidade fincaram o seu lugar e fizeram isso mediante a construção de suas próprias moradias e estilos de vida, frequentemente por meio de ocupações informais, e pleiteando a regularização e o acesso legal aos recursos urbanos (HOLSTON, 2009). Tudo isso contribuiu, conforme acentua Holston (2009, p. 256, tradução nossa), “[...] para o desenvolvimento de novas formulações de cidadania, em grande parte baseadas nas lutas dos residentes das periferias urbanas por direitos de residência urbana, pelo direito de residir com dignidade, segurança e mobilidade”.

Portanto, diante desse panorama, é preciso reconhecer o papel desempenhado pelos movimentos sociais urbano-periféricos na luta pela efetivação do “direito à cidade”, não só como patronos de causas e demandas imediatas, mas também como impulsionadores de transformações mais amplas no tecido urbano e nas relações sociais. Esses movimentos desafiam as estruturas tradicionais de

poder, questionam decisões políticas que perpetuam a exclusão e levantam “vozes” que de outra maneira jamais seriam “ouvidas”. Ao articular demandas por habitação digna, acesso a recursos e equipamentos básicos, espaços públicos mais inclusivos e serviços essenciais de qualidade, eles redefinem os conceitos de urbanização e cidadania, pelo que também contestam a lógica do capital e do Estado que frequentemente excluem e segregam determinadas classes e grupos sociais, esgarçando as estruturas que sustentam o modo de produção capitalista do espaço (JACOBI, 1986b; LOJKINE, 1997; CASTELLS, 2000; HOLSTON, 2009; HARVEY, 2014).

Nesse sentido, o presente artigo buscou compreender, a partir das vivências de um grupo de moradores de uma comunidade periférica de Salvador-BA, os sentidos e significados implicados na luta política desta comunidade pela efetivação do direito à cidade e fortalecimento do exercício da cidadania em um contexto urbano periférico, convocando as “vozes” silenciadas do espaço urbano para (re)pensar esse mesmo espaço a partir das representações e das relações sociais que o atravessam. Desde a década de 1970, os moradores do Calabar começaram a se organizar politicamente, não só como forma de pressionar os órgãos públicos a reconhecerem a legalidade da ocupação, mas também mobilizar intervenções para a melhoria e aumento da qualidade de vida dentro da comunidade (CONCEIÇÃO, 1986; GIUDICE; SOUZA, 2000; FREITAS, 2020). Não obstante, apesar dos êxitos alcançados ao longo dos anos, essa luta por direitos persiste até hoje, seja pela falta de um programa de planejamento urbano adequado para essas áreas,

seja pelo fato de um processo mais amplo de marginalização e espoliação das massas desfavorecidas que está no cerne do modo de produção capitalista do espaço (KOWARICK, 1979; HARVEY, 2004; DEFFNER, 2010). Dessa maneira, a luta dos moradores do Calabar continua e, apesar de já não ser a mesma das décadas passadas, reveste-se ainda de um caráter eminentemente político e territorial. Os moradores continuam resistindo e buscando a garantia dos seus direitos, abrindo novas “trincheiras” e novas frentes de combate, num processo intenso de demarcação territorial, política e existencial.

Conforme aduz Freitas (2020, p. 138), “[...] a construção de uma ação coletiva requer muito mais que o simples debate sobre as condições materiais dos sujeitos, mas uma análise de como eles percebem suas condições e as transformam em força de luta”. Desse modo, ao colocar em relevo a questão acerca da percepção dos moradores do Calabar a respeito das lutas empreendidas na comunidade e como esses sentidos atravessam as discussões em torno do direito à cidade e do exercício da cidadania em um contexto urbano periférico, buscou-se não apenas compreender as contradições sociais e urbanas que permeiam a cidade e seus espaços, mas, acima de tudo, priorizar um enfrentamento dessa problemática a partir dos significados, narrativas e vivências dos próprios atores locais envolvidos nesse processo, com suas lutas cotidianas e formas de existência/resistência.

2 | SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E DESIGUALDADE URBANA EM SALVADOR-BA

A cidade do Salvador, primeira capital do Brasil, foi um dos mais importantes e característicos aglomerados urbanos nos primeiros séculos de formação do país. Inicialmente conhecida como “cidade-fortaleza”, devido às fortificações erguidas pelos portugueses como forma de proteger a costa de possíveis invasões estrangeiras; séculos mais tarde ficaria conhecida também como “cidade-porto”, passando a figurar como um dos principais centros comerciais do país (SANTOS, 2008). Isso mudaria com o deslocamento do eixo econômico nacional para o centro-sul-sudeste durante o século XIX e início do século XX, provocando um longo período de estagnação e de crescimento lento na cidade que, por sua vez, perduraria até a década de 1940, quando, segundo Milton Santos (2008), um novo dinamismo lhe foi comunicado e novos trabalhadores começaram chegar à capital.

Todos esses fatos e diversos outros acontecimentos marcaram profundamente a fisionomia da cidade, marcas observáveis não apenas no mosaico urbano de sua paisagem, mas na própria dinâmica de relações sociais que se foram forjando ao longo desses processos de transformação. Muitos desses impactos estão relacionados com o problema da desigualdade e da segregação socioespacial, o que se explicita desde a segmentação entre “cidade alta” e “cidade baixa” (SANTOS, 1959). Muitas dessas contradições já eram, inclusive, denunciadas por Gregório de Matos na flama esbraseada de seus poemas, contradições que, conforme pode ser observado no trabalho de Britto, Mello e Matta (2017), foram se modificando, assumindo novos formatos, mas que até hoje permanecem como um retrato do *continuum* histórico. “Triste Bahia! Ó quão dessemelhante...”, assim lamentava o poeta no seu tempo.

No último século, essa dessemelhança se acentuou ainda mais, conforme se viu refletida no espaço. O renascimento político e econômico da cidade veio acompanhado de um intenso processo de “favelização”, com o surgimento de bairros cada vez mais pobres e conflitos cada vez mais latentes, notadamente, a partir das décadas de 1950 e 1960 com o começo das atividades da Petrobrás e a implantação de distritos industriais na região metropolitana (SOARES, 2006; SERPA, 2007; ANDRADE; BRANDÃO, 2009; SANTANA *et al.*, 2020). Um dos efeitos desse processo foi um aumento significativo da concentração populacional na cidade, que não dispunha de uma estrutura urbana adequada para suportar este fluxo intenso, favorecendo assim a ocorrência de ocupações e assentamentos informais, sobretudo, nas regiões mais distantes da malha central urbanizada (PEDRÃO, 2009; CARVALHO; PEREIRA, 2015).

Esse aumento populacional desencadeou sérios problemas habitacionais, aumentando drasticamente os índices de pobreza na capital. É assim que surge, a partir da década de 1980, a Salvador moderna, com a ocupação da Orla pelas camadas mais favorecidas, e a concentração das classes baixas, em sua grande maioria migrantes do interior e trabalhadores industriais, nas áreas mais distantes e desequipadas (CARVALHO; PEREIRA, 2015; SANTANA *et al.*, 2020). Segundo Carvalho e Pereira (2015), essa nova configuração está circunscrita dentro de um padrão específico de desenvolvimento espacial, firmado sob três grandes vetores de expansão: a Orla Atlântica, considerada a área nobre, com moradias, serviços e lazer voltados para a classe privilegiada e interesses imobiliários; o Miolo,

localizado no centro geográfico, inicialmente ocupado por conjuntos residenciais para a classe média baixa e posteriormente expandido com loteamentos populares e invasões coletivas, mas com acesso limitado a equipamentos e serviços; e o Subúrbio Ferroviário, que se tornou uma região carente e problemática, com população pobre, precariedade habitacional, falta de infraestrutura, serviços básicos e altos índices de violência.

Essa distribuição diferencial de grupos sociais no espaço pode ser percebida através dos mapas representados nas Figuras 1, 2 e 3, elaborados por Carvalho e Pereira (2015). Nestes mapas, estão dispostos os bairros de Salvador conforme a composição dos seus moradores, segundo uma tipologia que varia entre superior, média superior, média, média popular, popular e popular inferior. Podemos observar que, nos três mapas, existe uma predominância na Orla Atlântica das classes ricas e mais abastadas, enquanto que as localizações mais distantes são ocupadas por classes economicamente menos favorecidas, sendo esta uma marca indelével do processo de urbanização desigual ocorrido em Salvador, que além do fator socioeconômico, também incorpora, sincronicamente, um fator étnico-racial (cf. Figura 4), com pretos e pardos ocupando as áreas mais pobres e mais desprovidas de infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos (CARVALHO; PEREIRA, 2008; CARVALHO; PEREIRA, 2015; CARVALHO; ARANTES, 2021; ROSA; SOUZA; CAVALCANTE, 2022; GOMES; MELLO, 2023).

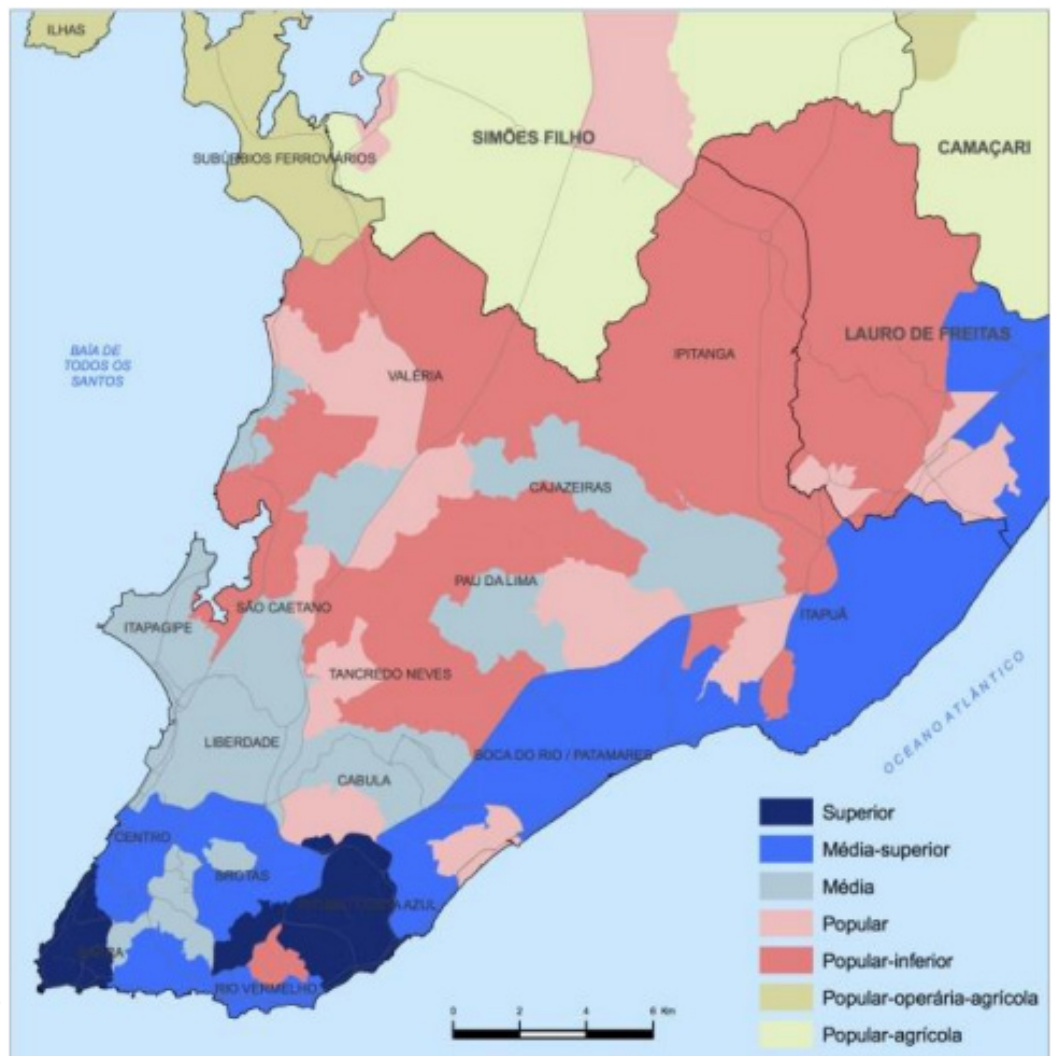


Figura 1 – Tipologia Socioespacial de Salvador (1991).

Fonte: Carvalho e Pereira (2015). Dados do IBGE, Censo Demográfico de 1991.

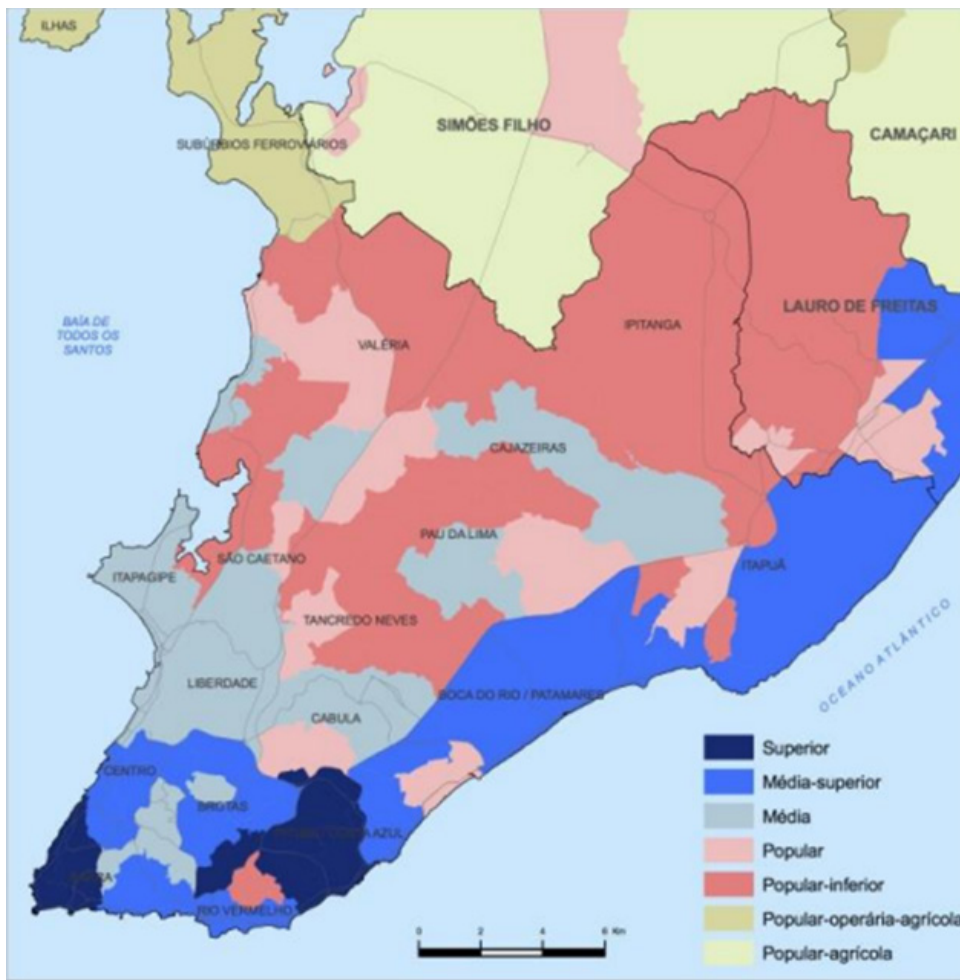


Figura 2 – Tipologia Socioespacial de Salvador (2000)

Fonte: Carvalho e Pereira (2015). Dados do IBGE, Censo Demográfico de 2000.

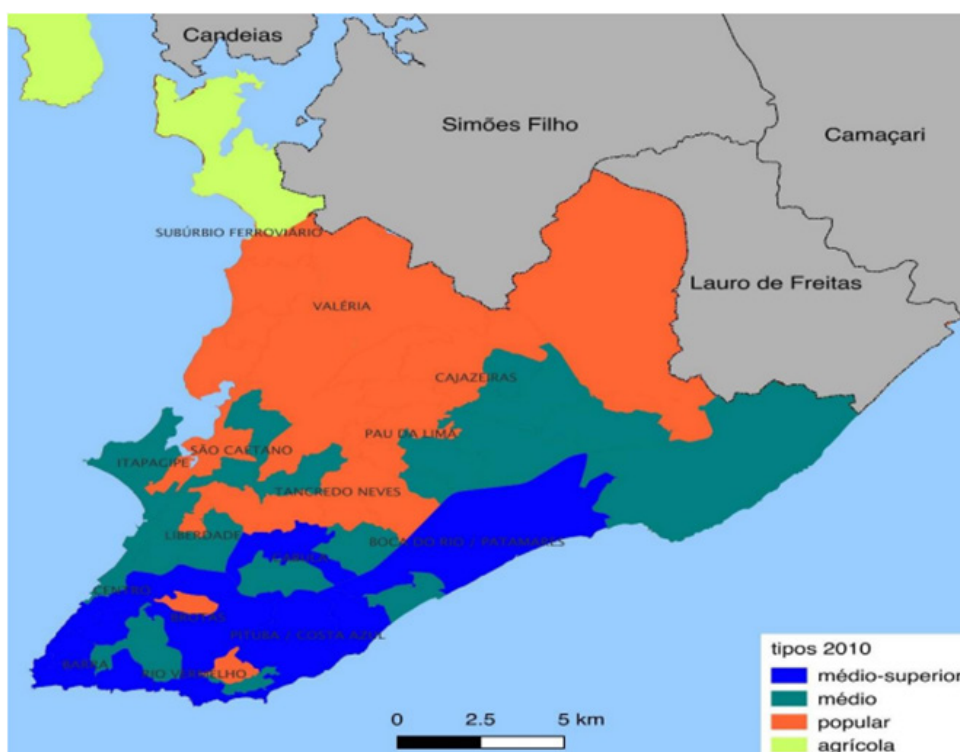
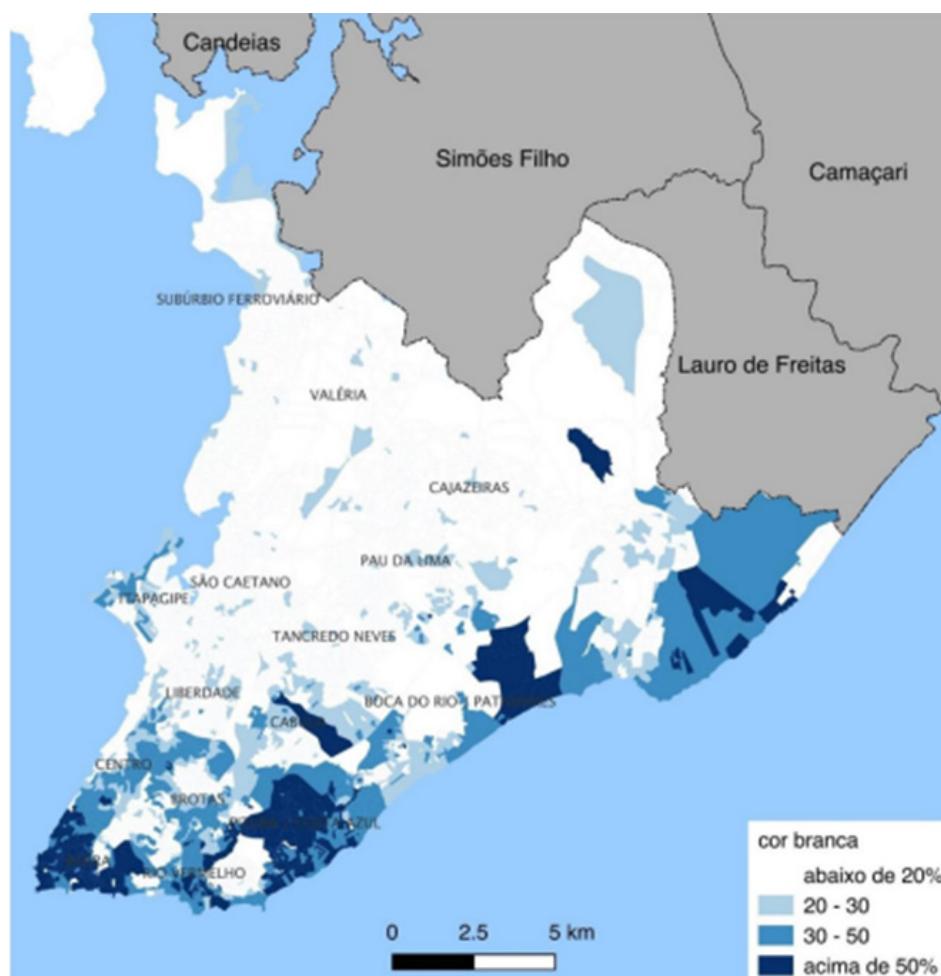


Figura 3 – Tipologia Socioespacial de Salvador (2010)

Fonte: Carvalho e Pereira (2015). Dados do IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Figura 4 – Distribuição da população autodeclarada branca em Salvador (2010)

Fonte: Carvalho e Pereira (2015). Dados do IBGE, Censo Demográfico de 2010.



Não obstante, rompendo a linearidade dessa tendência, é possível perceber também alguns “enclaves” de baixa renda em meio aos territórios demarcados como “superior” e “médio-superior” (CARVALHO; PEREIRA, 2015). Esses “enclaves” traduzem um fenômeno cada vez mais comum nas metrópoles brasileiras de presença de bairros populares em áreas “centrais”, com condomínios de luxo e favelas ocupando praticamente a mesma faixa de espaço, muitas vezes separados apenas, como ilustra Teixeira (2012) a partir de uma cena do filme mexicano *La Zona* (Rodrigo Pla, 2007), por um muro de dez metros. Esse cenário, por sua vez, acentua as tensões entre diferentes classes e grupos sociais na disputa pela cidade, tornando ainda mais visíveis as desigualdades manifestadas no seu território.

Segundo Gomes e Mello (2023), ao analisarmos a situação de Salvador, a interação entre os diversos grupos socioeconômicos na cidade leva à reflexão de que o mesmo capital que dinamiza é o que gera maiores níveis de segregação, ampliando, por seu turno, o hiato entre o planejamento urbano e a lógica do mercado imobiliário. Diante desse contexto, “a população mais desfavorecida é levada a criar estratégias de ocupação, refletindo cada vez mais [a cisão entre] a cidade legal e a ilegal, ponto de importante discussão sobre as políticas públicas oferecidas sobre o espaço urbano” (GOMES; MELLO, 2023, p. 20).

Para Carvalho e Arantes (2022, p. 17), a realidade em Salvador, abstraindo algumas particularidades locais, não é fundamentalmente diferente do que ocorre em outras grandes cidades do Brasil, “[...] evidenciando a estreita articulação

entre os padrões de produção, apropriação e de fruição do espaço urbano e a produção das desigualdades, na medida em que o espaço social, a estratificação e as hierarquias também se traduzem no território”. Assim, aqueles que ocupam as posições mais elevadas na estrutura social, devido ao seu capital econômico, social e cultural e à sua condição sociorracial, têm a capacidade de dominar/produzir espaços mais seletivos, privilegiados e com bens e serviços valiosos. Em contrapartida, aqueles que estão na base da estrutura e hierarquias são afastados desses espaços e são forçados a se estabelecer em áreas desfavoráveis, onde diversas carências se unem e se reforçam (CARVALHO; ARANTES, 2022). Essa configuração territorial reflete, portanto, a complexa teia de desigualdades presentes na cidade, perpetuando assim a exclusão e a segregação socioespacial.

Isso pode ser observado no bairro do Calabar, uma comunidade de baixa renda situada em um dos principais cartões-postais de Salvador, o circuito Barra-Ondina. Além disso, o bairro faz divisa com outras zonas nobres da cidade, como o Jardim Apipema e Graça (cf. Figura 5).

Figura 5 – Localização do Calabar em Salvador/BA e Bairros Adjacentes



Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador (2022). Dados do Sistema Cartográfico e Cadastral do Município do Salvador de 2017.

Não só pela sua localização, mas também pela condição sociorracial e econômica dos seus moradores, o Calabar sofreu, ao longo dos anos, forte pressão do poder público para desocupação da área. Não obstante, a resistência empreendida por coletivos populares surgidos dentro da comunidade, não só garantiu a manutenção do território, como tornou a comunidade símbolo de uma luta ainda maior pela efetivação da cidadania e do direito à cidade. É, pois,

nesse sentido, que o Calabar figura como um caso emblemático de luta por uma política urbana mais igualitária e inclusiva, em que a favela não só possa ocupar o “centro”, como também possa assumir a “centralidade” sobre os processos de (re) produção da cidade como um todo.

3 | CAŁABAR, KALABARI: UMA TRINCHEIRA URBANA NO CORAÇÃO DA CIDADE

Conforme narra Fernando Conceição (1986), num dos poucos materiais que busca lançar luz sobre a história e os movimentos sociais ocorridos no Calabar, o nome da comunidade estaria relacionado com um episódio que remonta ao tempo da escravidão. Citando o historiador Cid Nogueira, Conceição (1986) explica que no local onde se encontra hoje o Calabar, ex-escravizados haviam fundado no passado um quilombo, conhecido como Quilombo dos *Kalabaris*, em referência a origem étnica desses ex-escravizados, provenientes de uma região de mesmo nome localizada na Nigéria.

Essa origem, no entanto, é passível de contestação, visto que o contingente de negros *kalabaris* trazidos a Salvador teria sido muito pequeno, além do fato de que os primeiros quilombos surgidos na cidade teriam se formado entre o rio Vermelho e o rio Joanes, exatamente em áreas mais afastadas e protegidas (GIUDICE, 2011). Dessa maneira, como reitera Humberto Teixeira (2014), essa é apenas uma das teorias propostas sobre a história do bairro, sem que haja realmente evidências concretas que confirmem de forma irrefutável a presença inicial de africanos *kalabaris* nessa localidade.

Por outro lado, é importante reconhecer que a construção da “história oficial” frequentemente perpassa pelo apagamento da “história negra”, logo a escassez de documentação histórica a respeito dessa possível ocupação por negros *kalabaris* não pode ser interpretada como uma negação automática da existência desse quilombo. Mesmo diante dessa lacuna, o estudo de Teixeira (2014) destaca que a narrativa mais plausível sugere que a ocupação no Calabar tenha começado efetivamente na década de 1940, quando os primeiros barracões começaram a ser erguidos. Giudice e Souza (2000) apontam que, inicialmente, a ocupação no Calabar ocorreu de forma lenta e sem violência, basicamente por meio de arrendamentos, parcelamentos e doações. Isso iria mudar entre as décadas de 1970 e 1980 com a chegada de uma nova leva de moradores que provocou um maior adensamento e fragmentação territorial no interior do bairro, com a ocupação de áreas ao longo da encosta e subdivisão dos lotes originais das antigas ocupações (GIUDICE; SOUZA, 2000). É neste momento que os primeiros movimentos organizados começaram a surgir na comunidade, sobretudo em face do recrudescimento das fiscalizações e repressões do poder público. Conforme relatam Giudice e Souza (2000, p. 89):

A partir desta década [1970], as páginas dos jornais, os noticiários policiais e a imprensa em geral, abriram espaço para a comunidade do Calabar e suas lideranças, enfocando os maiores problemas, tais como marginalidade, precariedade das habitações, saneamento etc. Porém, em 1977, a violência policial, fez o Calabar se levantar numa luta incansável contra o descaso do poder público. Esta luta consistiu em pressionar a Prefeitura Municipal de Salvador, para realização de obras

de habitação, saneamento básico, contenção de encostas, drenagem pluvial, mas a prioridade era a legalização das terras, sem as quais todas aquelas conquistas de nada valeriam, pois os moradores poderiam ser expulsos a qualquer momento.

O primeiro movimento social relevante surgido na comunidade neste período foi o Jovens Unidos do Calabar - JUC, de onde, inclusive, se originaria a Associação de Moradores. Fernando Conceição (1986), um dos principais nomes e líderes desse movimento, em seu livro *Calá a Boca Calabar*, explica que o surgimento do JUC se deu, a princípio, pela necessidade sentida pelos jovens do bairro de mudar a imagem da comunidade, frequentemente associada à violência e a marginalidade: “[...] costumávamos dizer, se no Calabar existem marginais, maiores marginais estão na Graça, Barra, enfim, nos bairros ricos...” (CONCEIÇÃO, 1986, p. 27).

Desde o início, segundo Conceição (1986, p. 30), o Grupo dos Jovens Unidos do Calabar determinou-se a ser um “grupo de ação”. É interessante destacar que, de acordo com o relato de Conceição (1986, p. 32), demorou um tempo para que o JUC ganhasse o respeito da comunidade: “[...] houve todo um trabalho para ganhar confiança dos moradores, que já andavam desconfiados de qualquer novidade e sempre preocupados com a expulsão ou remoção, que parecia cada vez mais próximas”. Um dos episódios que contribuíram para que o JUC começasse a ser aceito e legitimado pelos demais moradores foi a reforma do chafariz, uma das poucas fontes de abastecimento de água no bairro naquele período, em um mutirão organizado pelos jovens: “vendo aquilo, muitos entraram na dança, ou antes na luta, e alguns comerciantes da rua aderiram também à folia em que se transformou o mutirão [...]” (CONCEIÇÃO, 1986, p. 34).

A continuidade das ações do JUC reverberou em um maior protagonismo da comunidade no cenário político da cidade. Em uma articulação do JUC com o padre Rubens, que possuía naquela época missão sacerdotal no bairro, o Calabar recebeu a visita do cardeal arcebispo, Dom Avelar Brandão Vilela. Pouco tempo depois, o então prefeito de Salvador, Mário Kertész, também visitaria o Calabar, sendo esta a primeira vez que uma autoridade pública pisava os pés no bairro (CONCEIÇÃO, 1986).

Já eram tantos os compromissos e responsabilidades que o JUC foi assumindo à medida que tornava-se porta-voz das demandas comunitárias, que alguns jovens, assoberbados com tanto trabalho, começaram a deixar o movimento, suscitando uma crise interna que, por sua vez, levaria os remanescentes a propor uma maior abertura do grupo: “[...] iniciamos 80 com a ideia de que estava na hora de se criar uma associação de moradores, através de uma organização ampla que nascesse da experiência que a gente do grupo de jovens tinha adquirido nos anos de atuação” (CONCEIÇÃO, 1986, p. 56). Assim foi que surgiu a Sociedade Beneficente e Recreativa do Calabar - JUC-SOBE, instituição embrionária da mesma associação que existe até hoje no bairro.

Um dos momentos mais significativos da trajetória da JUC-SOBE foi a passeata de 11 de maio de 1981, a “Caminhada da Esperança”, quando moradores da comunidade realizaram um protesto, atravessando a cidade até a

sede da prefeitura na praça do Elevador Lacerda, exigindo que as reivindicações comunitárias fossem atendidas pelo prefeito. Como testemunha Fernando Conceição (1986, p. 61):

Organizada pela associação de moradores [...] a passeata se constituiu num fato inédito e pioneiro em Salvador após 1964. Foi a primeira manifestação de massa organizada livremente e deve ser destacado seu caráter genuinamente popular. A maioria esmagadora que dela fez parte eram pais e mães de famílias, operários e crianças, todos moradores do Calabar. Portanto, foi vencida a tese de que só estudante tinha capacidade de mobilizar-se para manifestações desse gênero em Salvador.

Segundo Freitas (2020, p. 86), “a ‘Caminhada da Esperança’ impulsionou o movimento de bairro do Calabar na cena pública da cidade do Salvador”, sobretudo pelo desfecho exitoso do movimento, que trouxe garantias para o início das obras de urbanização na comunidade. A partir daí o Calabar se tornaria cada vez mais uma comunidade engajada com a luta política, inspirando outras comunidades vizinhas e fomentando, no âmbito das próprias repercussões internas, ações coletivas de melhora das condições de vida no bairro e conquista de direitos. Quanto a isso, corrobora Teixeira (2014, p. 75): “as entidades sociais fundadas no Calabar demonstram não apenas o nível organizacional de seus moradores, mas também expõe a necessidade delas existirem: ampliar e criar mais direitos [...]”. Atualmente, o Calabar conta com uma dezena de organizações e movimentos sociais ativos, muitos dos quais ligados à Associação Ideologia Calabar, à Associação Cultural de Mulheres do Calabar, à Sociedade Beneficente e Recreativa do Calabar e à Escola Aberta do Calabar. Como afirma Teixeira (2014, p. 108), “tais organizações têm sido fundamentais para caracterizar o Calabar como um local de luta, bem como para criar e reafirmar a identidade de seus moradores com o bairro”.

Fazendo uma avaliação da história de resistência e radicalização das lutas dentro do bairro nas décadas de 1970 e 1980, Fernando Conceição (1986, p. 256) conclui o seu relato da seguinte maneira:

O trabalho da gente de Calabar, até aqui, foi marcado de êxitos e perdas. Nem sempre estivemos certos, nem sempre o nosso ideal é o ideal de todas as pessoas. E sabemos que a nossa luta, gota d’água no oceano, deve somar-se sempre à luta de todos os explorados que almejam a liberdade. Pode ser que isso seja uma utopia. Mas o que custa tornar essa utopia realidade?

Essa luta e essa utopia permanecem vivas, como uma chama de esperança que nunca se apaga. O tempo pode até esculpir rugas na face da história; os desafios se multiplicam e novos obstáculos sempre aparecem, mas os ideais se renovam e, com eles, a luta política também. Por isso, mesmo que com novos atores e novos enfoques, o Calabar continua sendo, como no passado (inclusive, seu passado ancestral), um lugar de resistência e enfrentamento, fazendo ecoar sua voz pela cidade, mesmo quando a cidade se recusa a ouvi-la.

4 | O DISCURSO E A CIDADE

Em uma passagem de *As Cidades Invisíveis*, o protagonista Marco Polo faz a seguinte advertência: “você sabe melhor do que ninguém, sábio Kublai, que jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles” (CALVINO, 1990, p. 59). Com efeito, essa ligação entre o “discurso” e a “cidade” se explicita a partir das representações discursivas que são feitas do espaço e sua tessitura, na voz daqueles que ocupam a cidade e vivenciam a reescritura do seu cotidiano. Mas aonde estão essas vozes? Aonde podemos encontrá-las? Quem as confinou? Essas são algumas das indagações que encaminharam esta pesquisa a abrir o “espaço do texto” para as vozes silenciadas no “espaço da cidade”.

Spivak (2010) em sua obra *Pode o subalterno falar?*, nos lança exatamente o questionamento acerca do papel do pesquisador, enquanto agente discursivo, no processo de constituição da identidade do “outro” pesquisado. Sua crítica se impõe ante o paradigma científico moderno que busca cravar a imagem do outro a partir de representações estereotipadas, criando o outro como “sujeito subalterno”. Em sua definição, o sujeito subalterno é aquele pertencente “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p. 12). Nesse sentido é que Spivak (2010) orienta para a necessidade de que o processo de representação não reforce a exclusão do “outro”, devendo funcionar mediante agenciamentos mútuos, não somente para que o “outro” possa “falar” (o que na maioria das vezes já ocorre), mas para que possa, acima de tudo, ser efetivamente “ouvido”.

Esse deslocamento nos permite enxergar o “outro” não como “objeto” de pesquisa, a ser revelado, destrinchado ou conhecido, mas como “ser” pensante que também enuncia e representa desde o seu “lugar de fala”. Djamila Ribeiro (2017) explica que o “lugar de fala” refere-se à posição social, histórica e cultural que um indivíduo ocupa, baseada em suas experiências e identidades pessoais. Ela destaca que cada pessoa traz consigo uma série de características, como gênero, raça, classe social, orientação sexual e outras, que moldam suas vivências e percepções. Assim, embora se admita que “o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar” (RIBEIRO, 2017, p. 69), é importante reconhecer que todas as pessoas tem diferentes “lugares de fala” e que isso produz diferentes entendimentos sobre o mundo. Como perfilha Ribeiro (2017, p. 70), “ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal”, buscando, sobretudo, uma maior abertura para as vozes historicamente silenciadas pelo regime de autorização discursiva.

Nessa conjuntura, ao entrevistar seis moradores da comunidade do Calabar, de modo a apreender as percepções desses indivíduos a propósito de suas vivências e atuação política no bairro, optou-se pelo uso da Análise de Discurso (AD) como método de interpretação e sistematização dos resultados, conforme percurso metodológico apresentado por Eni Orlandi (2012) e Sérgio Freire (2021). A escolha desta vertente se sustenta pelo fato de ressaltar o caráter sócio-

histórico do discurso, demonstrando que a linguagem não é transparente e que os sentidos são construções mediadas pela ideologia (PÊCHEUX, 1995). Inscrevendo a língua e o homem na história, a AD “[...] considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer” (ORLANDI, 2012, p. 16). Conseqüentemente, é no discurso que a relação entre língua e ideologia se torna observável: “a realização da ideologia na língua, sua luta por poder e para estabelecer o seu sentido é o discurso” (FREIRE, 2021, p. 14).

4.1 | PROCEDIMENTOS DA ANÁLISE DE DISCURSO (AD): ALGUNS APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

Conforme assinala Orlandi (2012, p. 59), o papel do analista do discurso consiste em “[...] colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras”. Com isso, a AD não procura desvelar o sentido “verdadeiro”, mas o real do sentido em sua inscrição linguística e histórica. Assim, o dispositivo de análise deve considerar, em um primeiro momento, que a interpretação faz parte do objeto de análise, pois o sujeito que fala também interpreta e o analista deve procurar descrever esse gesto de interpretação; e, em um segundo momento, que não há descrição sem interpretação, então o próprio analista está ideologicamente imerso no processo interpretativo, razão pela qual é necessário introduzir um dispositivo teórico que permita a ele trabalhar no entremeio da descrição com a interpretação (ORLANDI, 2012).

Eni Orlandi (2012) apresenta as seguintes etapas para realização da Análise de Discurso (AD): i) passagem da superfície linguística para o objeto discursivo; ii) passagem do objeto discursivo para o processo discursivo. Na primeira etapa, inicia-se o trabalho de análise pela configuração do corpus, em que o dado bruto já recebe um primeiro tratamento, explorando-se as propriedades discursivas do texto para assim construir o objeto discursivo. Na segunda etapa, a partir do objeto discursivo já construído pelo analista, ele vai buscar significar o discurso, relacionando as formações discursivas com a formação ideológica que rege a sua produção.

De acordo com Freire (2021), para a realização da Análise de Discurso (AD), existem alguns procedimentos que podem auxiliar o analista na organização do processo. O primeiro passo começa com a circunscrição do “conceito-análise”, isto é, o objeto de análise que se está buscando significar a partir de um corpus específico. Uma vez delimitado o corpus é necessário começar o processo de descrição/interpretação dos textos, inicialmente por meio de uma “leitura flutuante”, para que o analista possa se familiarizar com o material recolhido e, dessa forma, preparar o caminho para a “leitura analítica”.

Partindo desses referenciais, apresentaremos a seguir os resultados do percurso empreendido com seis moradores da comunidade do Calabar: Alana, Caíque, Fábio, Jhoilson, Justina e Luísa Mahin*. Todos os entrevistados guardam alguma relação (direta ou indireta) com pelo menos uma das organizações políticas e/ou movimentos sociais em atividade no

bairro (cf. Figura 6). Essas entrevistas foram transcritas e submetidas a aplicação da AD, de modo a compreender os sentidos atribuídos pelos próprios moradores do Calabar a propósito das lutas empreendidas na comunidade pela efetivação do direito à cidade e fortalecimento do exercício da cidadania em um contexto urbano periférico.

Figura 6 – Lista de Entrevistados

ASSOCIAÇÃO IDEOLOGIA CALABAR/BIBLIOTECA COMUNITÁRIA	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE MULHERES DO CALABAR	SOCIEDADE RECREATIVA E BENEFICENTE DO CALABAR	MOVIMENTO LGBTQIA+	ESCOLA ABERTA DO CALABAR
- Fábio Matias Souza - Justina Santana da Silva - Jhoilson Pereira Oliveira	- Justina Satana da Silva	- Caíque de Jesus Santana	- Alana de Carvalho - Fábio Matias Souza	- Fábio Matias Souza - Luísa Mahin*

Fonte: Elaboração própria.

4.2. | “FALA MAIS ALTO CALABAR”: PERCEÇÕES DE MORADORES PERIFÉRICOS E NARRATIVAS CONTRA-HEGEMÔNICAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

As entrevistas conduzidas com os moradores do Calabar¹, revelam não só o engajamento da comunidade na luta política pelo direito à cidade, como também imprimem um novo sentido ao conceito de cidadania em sua vinculação indissociável com as relações territoriais. Esses aspectos estão evidenciados em diversos momentos e convocam diferentes leituras sobre a existência política do bairro e dos seus residentes. Vejamos alguns desses relatos:

Eu sou] mulher transexual, negra, moradora da comunidade do Calabar. [...] Nascida e criada nesse mesmo quilombo urbano. Que pra nós mulheres travestis e transexuais é um bairro muito aceitável e respeitador pra nossos corpos e corpos. Eu hoje digo que eu tenho medo de sair do Calabar. Porque o Calabar me garante a minha vida, me garante a minha integridade física e moral. [...] Eu tenho mais medo de estar fora do Calabar do que estar dentro. Então, eu uma mulher trans, negra, nascida em um quilombo urbano, em uma favela que supera o índice de vida de uma mulher travesti e transexual. No Brasil que é o país que mais mata essa população. (Alana).

Eu cheguei, devo ter chegado aqui na comunidade [do Calabar] com cinco anos. Então, eu já devo ter uns 40, 39 anos de Calabar [...]. [Minha família] pertencia a um movimento, que era uma organização de pessoas que eram faveladas. Minha mãe [...] ela estava participando do processo de ocupação dessa época. [Quando a gente chegou] aqui ainda era um manancial de Mata

1 As entrevistas foram conduzidas adotando-se o modelo de roteiro semiestruturado.

Atlântica, a gente passou a ocupar, e essa coisa da ocupação trouxe para a gente uma condição de quilombo moderno. (Jhoilson).

Eu gosto de morar no Calabar, gosto do Calabar e Calabar foi uma comunidade que eu me senti acolhida. [...] No que tange ao relacionamento a comunidade, com o bairro, [no início] eu não me relacionava muito não, era bom dia, boa tarde e ia passando, isso em 1987, 88, 89; na década de 90, foi que eu comecei de fato a me entrosar, a querer saber as coisas da comunidade [...] Alguns rapazes iam na casa da minha prima para me chamar para as reuniões dos movimentos, algumas reuniões eu participei, eu tinha um tempinho eu participava [...] Então, depois que eu fui crescendo, assim, a nível de conhecimento, os moradores foram ganhando a minha confiança também, aí eu comecei a me relacionar [...]. (Justina).

Viver no bairro do Calabar é você viver em coletivo, é você participar de tudo ali que acontece no bairro, desde que seja a ascensão financeira de alguém, a morte de alguém... Você está sempre envolvido porque as coisas parecem ser muito perto uma das outras, assim parece uma família gigante, todo mundo tem algum tipo de vínculo, alguém é seu tio, alguém é seu primo, alguém te olhou quando era criança. [...] Eu acho que quando a gente, por exemplo, mora no prédio, você tem o seu apartamento, e aí mal você sabe o que está acontecendo no apartamento embaixo, no apartamento em cima, é diferente da comunidade, que as casas são tão próximas que você vê a casa do vizinho, o vizinho vê a sua, e tem uma relação até de intimidade, que normalmente você não teria com o seu vizinho, você acaba tendo morando ali no Calabar, em grupo. (Caíque).

Viver nessa comunidade é uma luta diária. Porque a gente passa por vários processos, principalmente... Aí é toda aquela coisa que todo mundo já sabe, que a sociedade já sabe. Que a gente diz: “ah, homem preto, gay, negro, não sei o quê”. Que é um pesar assim na vida do ser humano. Mas assim, aqui dentro é luta mesmo. É militância. Viver nessa militância, viver aqui é... É você batalhar o tempo todo. É você se identificar mesmo com uma pessoa que corre atrás do seu. (Fábio).

Para mim [viver no Calabar] é “gratificante” (entre aspas). Um dia eu achei muito gratificante, foi quando eu conheci o trabalho do grupo de jovens do Calabar, onde eu me inseri através de uma gincana. [...] Então, eu achava como era bacana aqueles jovens, buscarem melhoria para a sua comunidade... Saneamento básico, energia, esgotamento sanitário, inclusive a Escola Aberta do Calabar, que foi uma criação deles [...]. Enfim, esses jovens foram os verdadeiros guerreiros para que hoje essa comunidade tivesse um pouco de estrutura que tem. Porque falta ainda muita coisa, porque a gente

sabe que a nossa sociedade, com relação a bairros periféricos, a bairros pobres, ela não tem muito interesse. E, pelo contrário, o interesse é tirar a comunidade daqui [...]. E aqui houve resistência e não conseguiram tirar o Calabar deste lugar. (Luísa Mahin*).

Nos dois primeiros relatos, há uma evocação do Calabar como um “quilombo urbano” e/ou “quilombo moderno”. Os quilombos, também conhecidos como mocambos, surgiram durante o período colonial, como locais que abrigavam negros escravizados que fugiam em busca da liberdade. Com o fim da escravatura, o conceito de quilombo foi passando por redefinições ao longo do tempo, sendo hoje utilizado para se referir a espaços de “resistência” e de “identidade cultural” ocupados por remanescentes quilombolas (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002). É preciso ainda frisar que, com a abolição da escravatura, os negros libertos não receberam nenhum tipo de auxílio para recomeçarem as suas vidas; deixaram a condição de escravizados, mas permaneceram em condições de miserabilidade social, sem trabalho, educação ou moradia (FERNANDES, 2008). Isso obrigou que muitos desses ex-escravizados buscassem se estabelecer em regiões precárias e afastadas dos centros urbanos, dando origem aos primeiros aglomerados e cortiços que, mais tarde, seriam, em virtude da Guerra de Canudos, chamados de “favelas” (VALLADARES, 2005).

A ocupação e a luta pela permanência no espaço urbano são formas atuais de resistência que dialogam com a história de resistência dos quilombos. A própria origem histórica do Calabar, embora careça de maiores evidências, suscita essa relação, o que justifica a caracterização feita por Alana e Jhoilson desse espaço como um “quilombo urbano/moderno”, acionando, para isso, uma espécie de imaginário de resistência. Por conseguinte, como afirma uma das entrevistadas, o Calabar representa, enquanto espaço periférico, “o aquilombamento, o agrupamento, a força mesmo dos negros que saíam dos grandes engenhos, das grandes casas para ir para dentro das matas” (Alana); por isso o “medo de sair do Calabar”, pois se Calabar é “quilombo”, portanto, espaço de refúgio, estar fora desse espaço é estar sujeito às violências externas — embora essas violências também se perpetuem no espaço interno através das dinâmicas de poder e controle que subjazem as relações sociais e os espaços em todos os níveis e escalas (BARROS II; SILVA, 2023).

Assim, a caracterização do Calabar como um “quilombo urbano/moderno” é uma forma de afirmar a resistência e a existência das comunidades periféricas (majoritariamente ocupadas por pessoas pretas e pardas), que se organizam e se fortalecem frente às adversidades impostas pelo “racismo estrutural”². No entanto, é importante ressaltar que essa resistência não pode ser “romantizada”, ignorando as violências que ocorrem tanto no interior das comunidades como fora delas. Isso porque, a estrutura racista e colonial, que ainda vigora em nossa sociedade, afeta não só o modo de distribuição e acesso dos recursos urbanos e ambientais, condicionando os negros a viverem frequentemente em áreas de

2 O racismo estrutural se refere a um sistema complexo de desigualdade e discriminação que é incorporado nas instituições, políticas, práticas sociais e culturais de uma sociedade. Segundo Silvio Almeida (2019, p. 22) trata-se de “[...] uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam”.

extrema vulnerabilidade (RIOS NETO; RIANI, 2007; HERCULANO, 2008; DE PAULA, 2016), mas também as representações simbólicas e culturais, estigmatizando essas populações e reforçando estereótipos prejudiciais (ROLNIK, 2007).

Justina ainda levanta uma outra condicionante, o fato de ser mulher; “mulher preta, ainda tem essa, eu sou mulher preta, ainda tem essa diferença” (Justina). Esse aspecto adicional gerou uma interseccionalidade de desafios e discriminações que ela precisou enfrentar no seu cotidiano, mesmo dentro da própria luta comunitária, haja vista que, como alega Justina, as mulheres sempre foram injustiças, quase sempre colocadas em uma posição secundária em detrimento das lideranças comunitárias masculinas. Contudo, como lembra Justina, “a creche, por exemplo, as mulheres foram desbravadoras. Não que os homens não tenham sido. Não estou dizendo que eles não tiveram importância. Mas eu estou dizendo que se o homem carregou o bloco, as mulheres também carregaram” (Justina). Justina então questiona por que as mulheres não são lembradas? Por que esse apagamento se elas foram tão importantes para os movimentos dentro da comunidade? E prossigue:

Por exemplo, quem é na década de 80, na década de 90 que cuidava de crianças? As mulheres! Quem é que ia se preocupar com lugares para deixar essas crianças? As mulheres! Porque elas, além de cuidar das crianças, de cuidar da casa, elas ainda participavam dos movimentos. Você entende? É disso que eu estou falando. É essa falta de reconhecimento que eu percebo. (Justina).

Segundo Crenshaw (2002), a interseccionalidade é uma abordagem que procura compreender as implicações complexas e em constante mudança que surgem quando diferentes formas de discriminação e subordinação se cruzam. Esta perspectiva examina particularmente como o racismo, o patriarcado e a exploração de classe se interpenetram, contribuindo para a criação de disparidades fundamentais que moldam as posições relativas das mulheres, grupos étnicos, classes sociais e outras categorias. Dessa forma, o relato de Justina confirma como as interações complexas entre gênero, raça e outras dimensões sociais influenciam as experiências individuais e coletivas. Nesse contexto, sua identidade como mulher negra a coloca em uma posição de intersecção entre os sistemas de opressão do racismo, do capitalismo e do sexismo (dentro e fora da comunidade). Também aí, como defende Carla Akotirene (2019) — e isso é fundamental para uma crítica profunda a ser processada no interior dos próprios movimentos sociais progressistas —, o conceito de interseccionalidade precisa ser interpretado à luz do marco teórico e epistemológico do feminismo negro, desfazendo a ideia de um feminismo global e hegemônico e reconhecendo que a opressão não é uma experiência uniforme. Segundo Djamila Ribeiro (2017, p. 43):

Mulheres negras, por exemplo, possuem uma situação em que as possibilidades são ainda menores — materialidade! — e, sendo assim, nada mais ético do que pensar em saídas emancipatórias para isso, lutar para que elas possam ter direito a voz e melhores condições. Nesse sentido, seria urgente o deslocamento do pensamento hegemônico e a ressignificação das identidades, sejam de raça, gênero, classe para que se

pu­desse con­struir no­vos lu­gares de ala com o ob­je­ti­vo de pos­si­bi­li­tar voz e visibi­li­dade a su­jei­tos que fo­ram con­si­de­ra­dos im­pli­ci­tos den­tro des­sa nor­mal­i­za­ção he­gemô­ni­ca.

A propó­si­to, Jus­ti­na re­ve­la que fo­i sua in­ser­ção na uni­ver­si­da­de, quan­do pas­sou a ter con­ta­to com obras de au­to­ras ne­gras e fe­mi­ni­stas, que per­mitiu que ela fi­zes­se essa ou­tra lei­tu­ra so­bre si e so­bra a his­tó­ria da co­mu­ni­da­de, pelo que pas­sou a se de­di­car a res­ga­tar a his­tó­ria das mu­lheres do Ca­la­bar, o que re­sul­to­u no em­po­de­ra­men­to do gru­po de mu­lheres na co­mu­ni­da­de e na fun­da­ção da As­so­ci­a­ção Cul­tural de Mu­lheres do Ca­la­bar (ASCMUC).

Em ou­tro mo­men­to, ain­da den­tro des­sa dis­cus­são de gê­ne­ro, mas di­re­ci­o­nan­do para ou­tro en­fo­que, Alana ci­ta a sua con­di­ção de mu­lher trans e in­for­ma que a co­mu­ni­da­de “su­pera o ín­di­ce de vi­da de uma mu­lher trans­ves­ti e trans­se­xual”, mes­mo es­tan­do em um pa­ís como o Bra­sil que li­de­ra os ín­di­ces de as­sas­si­na­to de pes­soas trans no mun­do. Aqui se re­ve­la uma ou­tra ca­te­go­ria es­tru­tu­ral: a “cis-he­te­ro­nor­ma­ti­vi­da­de”³, que tam­bém guar­da re­la­ções com a pro­du­ção e uso do es­pa­ço ur­ba­no (CARVALHO; MACEDO JÚNIOR, 2017), vez que “[...] os es­pa­ços ur­ba­nos ten­dem a re­flec­ti­r a nor­mal­i­za­ção das ca­te­go­rias di­co­to­mi­cas ho­mem/mu­lher (a he­te­ro­nor­ma­ti­vi­da­de), a or­to­do­xia e as di­nâ­mi­cas que con­di­ci­o­nam as prá­ti­cas so­ciais no quo­ti­di­ano, em­po­de­ran­do ou li­mi­tan­do as pos­si­bi­li­da­des in­di­vi­duais” (COLETIVO ALEPH, 2020, p. 27). Assim, di­ante da in­se­gu­ran­ça que pre­do­mi­na so­bre essa po­pu­la­ção, so­bre­tu­do nos es­pa­ços pú­bli­cos, onde são ví­ti­mas de a­ta­ques ver­bais e fí­si­cos, o Ca­la­bar a­pa­re­ce para Alana como um lu­gar de per­ten­ci­men­to e acei­ta­ção, já que é res­pei­ta­da na co­mu­ni­da­de e vi­sta como uma “i­gual en­tre i­guals”.

Jus­ti­na e Caí­que tam­bém re­for­çam esse sen­ti­men­to de acei­ta­ção e a­col­hi­men­to, so­bre­tu­do, a par­ti­r da ideia de “co­mu­ni­da­de”. O as­pec­to co­le­ti­vo do co­ti­di­ano no bai­rro, é vi­sto, por esses mo­ra­do­res, como um di­fe­ren­cial; algo que de­mar­ca um mo­do de vi­da que, em al­gu­ma me­di­da, só se é pos­si­vel em es­pa­ços como aque­le, em que as ca­sas são pró­xi­mas e fa­tos cor­ri­quei­ros da vi­da são vi­ven­ci­a­dos por to­dos, o que não oc­or­re­ria em um pré­di­o, por ex­em­plo, onde cada um vi­ve a sua vi­da em seu pró­prio a­par­ta­men­to sem se im­por­tar com o que es­tá a­con­te­cen­do ao re­dor. Ra­quel Rol­nik (1995, p. 49) ex­pli­ca que essa “ar­qui­te­tu­ra do iso­la­men­to” que se ma­ni­fes­ta nos con­do­mí­nios fe­cha­dos e e­di­fí­ci­os re­si­den­ci­ais é fru­to de um pro­ces­so de ho­mo­ge­ni­za­ção es­pa­cial em­preen­di­do pela bur­gue­sia, em que “[...] o es­pa­ço pú­bli­co de­ixa de ser a rua — lu­gar das fes­tas re­li­gi­o­sas e cor­te­jos que en­glo­ba a maior va­rie­da­de pos­si­vel de ci­da­des e con­di­ções so­ciais — e pas­sa a ser a sala de vi­si­tas, ou o sa­lão [do pré­di­o]”. Nes­sa no­va con­fi­gu­ra­ção do mo­do de mo­rar das e­li­tes, “ca­sa” e “rua” se con­tra­põem: “a rua é a ter­ra­de­nin­guém pe­ri­go­sa que mis­tu­ra cla­sses, se­xos, i­da­des, fun­ções, po­si­ções na hi­e­ra­rqui­a; a ca­sa é ter­ri­tó­rio ín­ti­mo e ex­clu­si­vo” (ROLNIK, 1995, p. 50). Assim, em­bora o pa­drão bur­guês de ha­bi­ta­ção ten­ha se tor­na­do nor­ma para o con­jun­to da so­ci­e­da­de, a fa­ve­la e os bai­rros po­pu­la­res, en­quan­to ter­ri­tó­rios co­le­ti­vos, não

3 A cis-he­te­ro­nor­ma­ti­vi­da­de é uma con­stru­ção so­cial que es­ta­be­le­ce as nor­mas do­mi­nan­tes de

gê­ne­ro e se­xual­i­da­de em uma so­ci­e­da­de, mar­gi­na­li­zan­do ou in­vi­si­bi­li­zan­do i­den­ti­da­des que não se en­caixam nes­sas nor­mas. Isso tem con­se­quên­cias sig­ni­fi­ca­ti­vas para in­di­vi­duos e gru­pos que são trans­gê­ne­ros, não-bi­ná­ri­os ou não se i­den­ti­fi­cam como he­te­ro­se­xuais (NASCIMENTO, 2021).

deixam de funcionar, dentro desse contexto, como espaços contra-hegemônicos que anunciam um novo modo de vida urbano, menos individualista e preocupado com as necessidades comunitárias.

Há em todos esses aspectos um componente político articulador, já que a luta social se faz presente em cada um desses processos de autoafirmação territorial e existencial. Essa luta é referida enfaticamente nos relatos de Fábio e Luísa Mahin*, acentuando que se não fosse a militância dos moradores, talvez o Calabar nem existisse. A propósito, em um outro fragmento, Alana chama a atenção para um episódio em específico: “[...] na época do senhor do engenho lá, o Cabeça Branca [referência ao ex-governador, Antônio Carlos Magalhães, também conhecido como ACM], o sonho dele era tirar nós todos daqui, nós sempre resistimos”. Essa fala é reforçada por Luísa Mahin*:

O interesse [sempre foi] tirar a comunidade daqui, como houveram já várias lutas no governo de Mário Kertész, enquanto prefeito, foi uma luta terrível, porque queriam tirar o Calabar daqui. No governo de ACM também, e esses jovens, junto com a comunidade, eles resistiram e não permitiram que o Calabar saísse, como outras comunidades, como Bico do Ferro, ali onde hoje é o Othon [Palace Hotel]. (Luísa Mahin*).

Como explica Harvey (2014, p. 133), “[...] a urbanização do capital pressupõe a capacidade de o poder de classe capitalista dominar o processo urbano”. Isso envolve não só a dominação sobre os aparelhos de governança e disciplina territorial, como também o controle ideológico e de populações inteiras — seus estilos de vida, sua capacidade de trabalho, seus valores culturais, estéticos e políticos (HARVEY, 2014). A “cidade formal”, como classifica Maricato (1996), rivaliza na arena urbana com a “cidade informal”; a “cidade formal” é aquela que se insere dentro das regras do mercado imobiliário, portanto, a que gera lucros e faz girar as engrenagens de acumulação do capital. A “cidade informal”, por outro lado, é vista como um incômodo, um ponto fora da curva, contudo, por ser uma realidade inescapável diante da crise habitacional, por vezes é até tolerada, desde que não represente empecilhos para o mercado.

Áreas extremamente desvalorizadas ou economicamente inviáveis, como aquelas situadas em beiras de córregos e que se encontram protegidas pela legislação ambiental, porque são desinteressantes para o mercado, acabam sendo ocupadas pelas parcelas mais desfavorecidas da população (MARICATO, 2001), acarretando, ao mesmo tempo, um problema ambiental e um problema sanitário⁴, além, é claro, do evidente problema socioeconômico e racial que está na base dessa estrutura.

Sem fugir à regra, o Calabar, embora hoje apresente, graças as conquistas dos moradores um padrão de vida mais digno, com acesso a alguns recursos básicos, no início conviveu com o drama que assola grande parte dos assentamentos informais:

4 No caso do Calabar, para uma visão mais detalhada sobre as questões ambientais e sanitárias no bairro, cf. GIUDICE, Dante Severo. Impactos Ambientais Urbanos: O Exemplo do Calabar - Salvador - BA. Salvador: P&A Editora, 2011.

Quando eu cheguei aqui em 1987, claro que no Calabar era uma outra história, não estava como está hoje. [...] Aqui a gente não tinha água, não tinha água encanada, não tinha energia, e ainda tinha, pouca, algumas casas tinha energia, na casa que eu estava tinha energia e tinha água, mas faltava muita água, eles desligavam muita água porque a água não era água legalizada, então, e era assim, não eram todas as casas que tinham água, eram pontos localizados [...]. [...] Na época que eu cheguei faltava muita energia, não é que não tinha energia, a energia não é como era hoje, era energia puxada pelos próprios moradores, hoje a energia que tem na comunidade ela é legitimada, o poder público veio e colocou os postes, a Embasa veio e colocou toda a rede, as pessoas que podem pagar tem suas águas legalizadas, mas não foi sempre assim, hoje todo mundo tem essa possibilidade, não tinha telefone, hoje nós temos telefone aqui, mas na época não tinha telefone, telefone também na nossa comunidade é uma coisa muito moderna, eu me lembro que eu como trabalhadora da Telebahia, eu trabalhava, eu era mão de obra temporária, não era mão de obra própria, eu era mão de obra temporária e eu via as dificuldades que era para que a comunicação fosse estabelecida entre os estados e entre as cidades, imagine entre as comunidades que é comunidade de pessoas de poder aquisitivo baixo, ou por que não dizer pobre, ou por que também não dizer até miserável, porque não tinha rede de esgoto, não tinha nada, característica de comunidade miserável. (Justina).

Somente com o tempo, com a pressão dos moradores, esses serviços começaram a chegar à comunidade, mas antes das intervenções públicas, como narra Jhoilson, os próprios moradores se uniam e buscavam, com os recursos disponíveis, realizar melhorias no bairro, muitas das quais depois foram aproveitadas pelo próprio poder público nas obras de requalificação:

[No Calabar] não tinha esgoto, não tinha eletricidade, não tinha, por exemplo, iluminação pública. Então tudo isso era a comunidade, através de mutirões, que resolvia. Por exemplo, a questão do esgoto, a comunidade de um dia fez um mutirão, fez um córrego, depois esse córrego foi transportado, o próprio poder público aproveitou esse córrego e passou a circulação. Não tínhamos água, então a gente fez uma conexão para todos os moradores que participaram, para a conexão da água, da água encanada, porque o nosso acesso à água era através de fontes e de um pinga, que é um minadouro que a gente tem, que é de uma cachoeira que passa por baixo do campo de São Lázaro e deságua aqui no Calabar. E aí essa coletividade, essa coletividade sempre teve que se manter. E também tinha uma coisa que o movimento fazia, que era o seguinte, a gente morava em barracos e esses barracos eram construídos a partir de restos de madeiras das obras de grande porte dos entornos da comunidade, Sabino Silva, Graça, então a gente unia a comunidade, saía e ia

até essas obras e pedia aos mestres, ia pegando esses pedaços de madeiras, então isso era feito coletivamente também, e até a própria construção dos barracos. (Jhoilson).

Foi através desse processo de “autoconstrução” — de “autoconstrução” dos próprios espaços de habitação e dos equipamentos coletivos —, que os moradores foram, paulatinamente, alcançando direitos e criando mecanismos de resistência em face do próprio poder público que, inicialmente, pressionou pela saída dos moradores da localidade, muitas vezes recorrendo a violência direta:

Tanto a polícia, quanto ele [ACM] que era um cão pintado de vermelho [queriam tirar a gente daqui], porque ele pensava nisso aqui em um Alphaville, creio eu, em um grande estacionamento que ligasse Calabar, a Federação, a Ondina, o Campo Santo mesmo, grande estacionamento pra esse lugar. Então, a gente ia para as ruas com grito, não podemos perder nossa área, o Calabar não vai perder a sua área. Então, a gente sempre resistia às bombas de gás lacrimogênio, apanhávamos. Eu lembro que minha mãe, minha avó, meus mais velhos, eu alcancei esse tempo, a finada Alaide, Fernando Conceição, que são nomes que travaram batalhas, que travaram batalhas pra que esse bairro hoje tivesse a dignidade dos moradores ter a sua posse de terra. (Alana).

Aqui na comunidade, desde que eu cheguei já ouvia falar da questão da permanência, essa foi uma luta que eu ouvia muitas pessoas falarem e aí me convidaram para essas reuniões, lá no prédio, que ainda existe esse prédio hoje, [...] as reuniões aconteciam lá e nessas reuniões é que se estabeleciam as estratégias de enfrentamento ou de solicitação de coisas, de benefício para a sociedade, para a comunidade. [...] Eu ressalto muitos jovens, que assim, os jovens dessa comunidade eles foram muito aguerridos, ainda tem alguns que eu conversei e alguns estão na faixa etária muito parecida com a minha, e eu vejo que foram eles, eram eles que conduziam as coisas, os movimentos. É claro que desses jovens tinha também, não vou deixar de falar das mulheres, porque eu sou mulher também, tinha as mulheres também, as mulheres também participavam nesse movimento, e inclusive as mulheres também colaboraram, assim, foram muito firmes dando a sua contribuição no processo de existência dos equipamentos públicos que aqui tem. (Justina).

Nesse sentido, essas falas expressam, em primeiro plano, a existência de um *modus operandi* próprio do padrão capitalista de produção do espaço, isto é, de um espaço socialmente produzido e desigualmente estruturado em função das demandas do capital; em segundo plano, a importância da luta social e da mobilização política das massas excluídas como dispositivos de resistência e efetivação de direitos. Quanto ao primeiro ponto, a noção de espoliação urbana, como formulada por Lúcio Kowarick (1979), não apenas nos ajuda a lançar luz sobre as precárias condições de vida dos trabalhadores urbanos, mas também destaca a interconexão entre o acesso desigual aos recursos urbanos e as dinâmicas de

exploração socioeconômica próprias do sistema capitalista. A espoliação urbana representa uma forma de desigualdade estrutural enraizada nas complexas relações entre a produção do espaço urbano e as forças que moldam a vida e o trabalho nas cidades.

Na visão de Kowarick (2000), a espoliação urbana manifesta-se através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, juntamente com dificuldades no acesso à terra e moradia, que são considerados necessários para a reprodução da força de trabalho. Essa falta de acesso aos elementos básicos para a sobrevivência aguça ainda mais a exploração decorrente do trabalho, ou mesmo a falta dele. O termo “espoliação” enfatiza a ideia de que os trabalhadores urbanos estão sendo privados de recursos e serviços essenciais, resultando em condições de vida difíceis e desgastantes.

Embora o conceito tenha sido originalmente concebido em um contexto de industrialização e urbanização desigual nas décadas de 1970 e 1980, ele permanece relevante em um mundo onde as dinâmicas urbanas e as forças econômicas continuam a moldar a vida nas cidades. No entanto, é importante reconhecer que o conceito de espoliação urbana, mesmo que ainda válido e atual, precisa ser interpretado no tempo presente considerando-se novos fatores como a especulação e financeirização imobiliária (FERRARA; GONSALES; COMARÚ, 2019). Em última análise, a noção de espoliação urbana indica que a desigualdade urbana não é apenas uma questão de falta de acesso a recursos materiais, mas também uma manifestação das profundas disparidades de poder, enquanto mecanismo de exploração e exclusão das classes desfavorecidas perpetrado pelo modo de produção capitalista.

Flávio Villaça (2001, p. 148), outro autor que nos oferece suporte para enfrentar criticamente essa questão, afirma que “a segregação deriva de uma luta ou disputa por localizações”, de modo que as localizações mais valiosas (que apresentam maior “valor de uso”, a ser determinado pela própria inserção da localização nos circuitos da urbanização), acabam sendo ocupadas pelas classes mais ricas, não porque essas classes são simplesmente atraídas a essas localizações, mas porque essas localizações são produzidas em função das necessidades dessas classes e em detrimento das classes menos favorecidas.

Como expõe Villaça (2001, p. 150), “a segregação é um processo necessário à dominação social, econômica e política por meio do espaço”. O valor da localização não é, pois, um dado fático, mas um dado produzido e, mais do que isso, produzido seguindo certos padrões de produção que visam determinados fins políticos e sociais (CORREIA *et al.*, 2023). Nesse sentido, a própria linearidade do ordenamento centro/periferia pode ser relativizada, com ricos ocupando áreas afastadas e pobres ocupando áreas centrais; e isso não elimina a segregação, pelo contrário, só confirma que esses espaços incorporam significados que extrapolam a ordem geográfica, já que estruturados também a partir de uma certa ordem ideológica (CORREIA *et al.*, 2023).

O Calabar está geograficamente localizado em uma área central e bastante valorizada da cidade, contudo, não deixa de ser uma comunidade periférica e sempre foi vista e tratada, tanto pelo mercado e poder público (através dos processos de espoliação urbana), quanto pelo entorno e pela mídia (através de processos de estigmatização e preconceito), como tal. É interessante notar que os próprios moradores oscilam no discurso quando provocados a esse respeito:

Porque eu não posso compreender que uma comunidade ao redor da elite seja considerada um bairro periférico. As características dele são de periferia, porque não é assistido devidamente pelo governo. Então existe uma diferença do tratamento da Ondina, da Barra e da Graça para o Calabar. Então por isso que eles podem chamar de periférico, mas está entranhado entre a elite. [...] Eles que consideram periférico. Eu moro no centro, na Barra, na Graça, na Ondina. (Luísa Mahin*).

Na verdade [o Calabar] ele está no meio, ele é centro dessas outras periferias [referindo-se aos bairros ricos do entorno]. Então quem está mais na periferia é o pessoal de Orla, é o pessoal de Ondina. Eles são os periféricos. (Fábio).

Veja só, essa questão de periférico, aí eu faço a reflexão do que vem na minha cabeça. Por exemplo, Paripe é um bairro periférico. Fazenda Coutos é um bairro periférico. Mas o bairro no centro, por que ele é periférico? Ele é periférico porque nele só tem pessoas de poder aquisitivo pobre, pouco poder aquisitivo, ou porque houve uma resistência? Por que que ele é considerado um bairro periférico? Pra mim, na minha visão, na minha leitura visual, porque eu não tenho fundamento teórico pra dizer que Calabar é um bairro periférico. Mas na minha análise, que eu faço de maneira superficial, é que não é periférico, porque ele está bem localizado, eu estou perto do Shopping Barra, e assim, os moradores, e eu também gosto muito, eu posso ir andando para o Campo Grande, eu posso ir andando até para o Comércio. Então, o bairro periférico, na minha percepção, é um lugar distante do centro. É isso que eu penso no que tange a lugares periféricos. Como eu não estou distante do centro, e eu tenho acesso a todos os serviços que o centro tem, bancos e tudo mais, então na minha mente não passa como um bairro periférico. [...] [Agora] eu penso que eles [os moradores da Barra, Graça e Ondina] veem o Calabar como um bairro periférico. (Justina).

Entender [o Calabar como] periferia é entender que se trata de um bairro preto, de gente pobre, onde o nosso achado, o nosso princípio de resistência está na questão de ser central. A gente talvez seja muito levado pela dimensão do Calabar, pela dimensão geográfica dele. Mas eu conheço favelas que são menores, que estão lá na Barra, de dimensões menores. Eu conheço comunidades, por exemplo, no Corredor da Vitória, a comunidade da Brandão está ali, escondidinha, afuniladinha. O que nos diferencia dessas outras favelas centrais é que a gente conseguiu manter um espaço no meio das coisas todas, sabe? Um espaço enorme no meio do Carnaval da Bahia, da Orla da Bahia, no meio dos centros da Bahia. [...] A gente tem uma certeza de que somos periferia, quando a gente sente na pele, quando um carro da viatura de polícia entra em alta velocidade e você, pai, pega seu filho no desespero, a tragédia está pela frente. (Jhoilson).

Sim, o Calabar é um bairro periférico, mas é o que eu estava conversando outro dia com alguns amigos lá do bairro. O Calabar é uma periferia, comparada com outras periferias de Salvador, privilegiada pela sua localização, de estar no centro da cidade, assim um privilégio que pode ser até mínimo, porque a violência extrema, ela existe, a falta de saneamento básico, ela existe, o desemprego, ele existe, as drogas estão ali, e vários tipos de má influências que geralmente as classes médias não sofrem, a galera de periferia está ali e está sofrendo, mas o Calabar, pelo fato de estar na orla, ele acaba tendo uma vantagem de ter, por exemplo, rolou um tiroteio, os prédios ao redor com certeza vai fazer logo uma denúncia, vai se mobilizar e conseqüentemente terá uma ação mais rápida do Estado, diferente de um bairro como Cajazeiras, que é um bairro gigantesco, completamente periférico, que são quilômetros e quilômetros de periferia, e nada vai acontecer ali, se rolar um tiroteio, rolar qualquer coisa, não vai cessar, porque a ação do Estado diante daquilo vai ser mais lenta. Porque é um bairro muito maior, como por exemplo o complexo do Nordeste de Amaralina, que semana passada foram dois dias seguidos de tiroteio, que diferentemente não acontece isso no Calabar, acontece em 30 minutos, etc., Que já é muito tempo, mas dois dias consecutivos os prédios ao redor já ligam, já tem governador que mora ali perto, que já faz com que isso cesse de uma forma mais rápida. (Caíque).

[...] quando a gente fala periférico a gente chama de periferia, né, e periferia traz essa [noção] de aquilombamento, essa [ideia] de quilombo construído. Então, há periferia, né, quando tem a maior população de classe média baixa. Então, eu considero o Calabar como um bairro periférico. (Alana).

É perceptível que, dentro do imaginário hegemônico, prevalece a ideia de que a periferia designa, obrigatoriamente, uma localidade afastada desprovida de infraestrutura e equipamentos urbanos. Nesse sentido é como se houvesse uma espécie de correspondência imanente entre “espaço social” e “espaço geográfico”. Uma comunidade como o Calabar, socialmente debilitada e geograficamente bem localizada foge a essa regra, o que justifica a dificuldade dos moradores em classificarem esse espaço como um “espaço periférico”, aflorando no discurso a própria dubiedade da localização. Em todo caso, mesmo aqueles que não se reconhecem como “periféricos”, entendem que há uma diferença entre morar no Calabar e morar em Ondina, por exemplo. Assim, embora Calabar e Ondina estejam localizados em uma mesma zona geográfica da cidade, há um entendimento, por parte de todos os entrevistados, de que a realidade vivida no Calabar é diferente da realidade vivida nos bairros ricos do entorno. Além disso, mesmo dentre os moradores que não consideram o Calabar um bairro periférico, subsiste a percepção de que os “outros” os veem dessa forma.

Acerca disto, é preciso levar em consideração que a noção de “periferia” incorpora diferentes significados. De acordo com Tiaraju D’Andrea (2020), o termo “periferia”, em sua acepção urbana, surgiu entre as décadas de 1950 e 1960 atrelado aos debates econômicos que versavam sobre a relação dos “países periféricos” com os “países centrais”. Posteriormente, sobretudo com o avanço

de estudos em comunidades pobres de São Paulo na década de 1980, o termo passou a ganhar destaque entre os intelectuais e acadêmicos, mas ainda sem a devida adesão por parte dos moradores dessas comunidades, que rechaçavam a alcunha de “periférico” exatamente pelo estigma associado ao termo (D’ANDREA, 2020). Foi somente na década de 1990, como explica D’Andrea (2020), que os moradores dessas comunidades, impulsionados pelo movimento hip-hop, passariam a reivindicar o termo “periferia”, começando um processo histórico e cultural de modificação de seus significados.

Como decorrência desse processo de ressignificação da “periferia” pela “periferia”, entrou em cena um novo sujeito: o “sujeito(a) periférico(a)”. Segundo D’Andrea (2022), o “sujeito(a) periférico(a)” é aquele que: i) assume a sua condição de periférica ou periférico; ii) tem orgulho de sua condição de periférica ou periférico; iii) age politicamente a partir dessa condição. Essas características estão presentes nos discursos dos moradores do Calabar, embora alguns deles não evoquem explicitamente o termo “periférico” ou recusem o rótulo em si, o fato é que existe — e os trechos citados corroboram isso — uma “consciência periférica”, uma consciência a propósito da condição de subalternidade, de que essa condição está ligada com o “lugar” e de que este “lugar” é impulso para autoafirmação política e existencial desses indivíduos. Assim, mesmo quando Luísa Mahin*, Fábio e Justina dizem que o Calabar é o “centro” e que não enxergam o Calabar como um bairro “periférico”, não o fazem no sentido de uma descaracterização ou negação das condições sociais dentro do bairro, mas no sentido da afirmação de uma “centralidade” negada, portanto, de fuga do estigma, de “deriva”, quase que numa “atitude cínica” diante da percepção hegemônica.

Disso se extrai que o “centro” e a “periferia” são categorias ideologicamente construídas. Não são inflexíveis e podem ser manejadas a partir de enfoques distintos; ora para reforçar estigmas, ora para combater esses mesmos estigmas; ora para reforçar a segregação, ora para ressignificar as relações socioespaciais. Como afirma D’Andrea (2020, p. 35, grifos do autor), “no momento em que se aplacarem as diferenças sociais entre centralidade e periferia, essa dicotomia terá um sentido apenas geográfico, esvaziando, assim, a necessidade de uma afirmação política, social e subjetiva por meio do conceito periferia”. Enquanto isso não ocorrer, o conceito de “periferia” segue vigente, como seguem vigentes as lutas políticas para superação dessa conjuntura de desigualdades.

Partindo para o segundo ponto e tomando como exemplo o caso do Calabar, tem-se que a atuação dos movimentos sociais foi de fundamental importância para o alcance de direitos na comunidade, além de promover um maior grau de consciência política por parte dos moradores (mesmo aqueles que não estavam diretamente envolvidos com tais movimentos). Os relatos a seguir confirmam o impacto positivo desses coletivos e das ações por eles realizadas no processo de resistência e formação política dentro da comunidade:

Quando eu era adolescente eu não me recordo de consciência política, não, entendeu? Mas aqui eu comecei a ter essa consciência, ver essa questão de luta [no Calabar]... Eu não tinha ideia que isso era política, eu só mergulhava, mas não tinha ideia. Hoje é que eu tenho essa ideia do que é consciência política. (Justina).

Eu sempre fui o fruto do movimento, porque eu era jovem e a minha mãe era que organizava as reuniões, eram organizadas na sala de casa, por exemplo. As viagens, as idas à Brasília desse movimento favelado, os pedidos de audiência para conversar com o governador, com o prefeito, essas coisas, aconteciam diante de nós. A gente não tinha uma alfabetização política, mas o movimento político estava acontecendo a todo tempo ao nosso redor, à nossa volta. (Jhoilson).

Calabar foi a primeira comunidade que botou uma passeata nas ruas de Salvador para reivindicar os seus direitos. Então foi através disso [da luta dos moradores], nada nos foi dado de mão beijada, foi através de muita luta para chegar à conquista. (Luísa Mahin*).

Eu acho que a política social já se torna política de resistência dentro desses espaços que diz que a maioria, por ser preto, está dentro de uma comunidade periférica quilombola, a maioria é marginalizada. O movimento social traz a luta de resgate e de fortalecimento, tanto dentro da religião de matriz africana, quanto na biblioteca, que retrata a história de nossos antigos para nossas crianças, como da associação de moradores, como da quadra poliesportiva, que dá a chance do adolescente praticar um esporte, praticar um karatê, ter acesso à leitura. Esses movimentos sociais... Tá aí como referência a Escola Aberta do Calabar, que é a primeira escola comunitária de Salvador e que resistiu e resiste hoje a tudo e que formou vários filhos como eu, que estou aqui hoje. (Alana).

A emergência desses movimentos está associada, como observa Holston (2013), a um contexto de negação generalizada de direitos, como se pode constatar nos bairros e comunidades periféricas das grandes cidades. A raiz desse problema, ainda segundo Holston (2013), está no modelo de urbanização capitalista que, combinado com particularidades locais, geraram efeitos semelhantes em todo o mundo: proliferação de áreas urbanas com uma população pobre em condições de residência ilegal e irregular. Justamente nesses espaços e por causa das necessidades que se impunham diante de uma realidade precária, coletivos políticos começaram a surgir, aquilo que Holston (2013) denomina de “cidadanias insurgentes”, referindo-se aos movimentos sociais de resistência que reivindicavam melhores condições de vidas nesses bairros pobres. Por conseguinte, o próprio “espaço urbano” passou a ser tomado como marco simbólico e espacial desses conflitos, tornando-se a esfera de articulação dessas demandas (HOLSTON, 1996; BELLO, 2011); seja através de protestos (como a passeata pioneira organizada pelos moradores do Calabar na década de 1980), ou mesmo nos processos de “autoconstrução” da residência e dos espaços comunitários (MARICATO, 1982; LIMA, 2019).

Tudo isso também está ligado a atuação do Estado como agente modelador do “espaço urbano” (CORRÊA, 1989). A ausência do poder público como garantidor de bens e serviços nessas comunidades não só acarreta/intensifica o processo de segregação socioespacial, como forçosamente impele os moradores a criarem estratégias de autogestão territorial, fazendo surgir, em muitos casos, uma juridicidade própria ante o ordenamento estatal (PEÇANHA, 2022). Essa situação de “pluralismo

jurídico”, conforme amplamente discutida nos trabalhos de Boaventura de Sousa Santos (2015), Antônio Carlos Wolkmer (1997), José Geraldo de Sousa Junior (2011) e Osias Pinto Peçanha (2022), chama a atenção para a necessidade de se pensar uma nova ordem jurídica democrática, baseada nas necessidades materiais das classes espoliadas e oprimidas, “[...] privilegiando a participação direta dos sujeitos sociais na regulação das instituições-chave da Sociedade e possibilitando que o processo histórico se encaminhe pela vontade e controle das bases comunitárias” (WOLKMER, 1997, p. 69).

Também aí, o movimento “O Direito Achado na Rua”, na trilha do “humanismo dialético” de Roberto Lyra Filho, por meio de uma visão crítica ao positivismo e dogmatismo do direito formal e burguês, aponta para o reconhecimento dos sujeitos coletivos e movimentos sociais como instâncias legítimas de produção de direitos e de uma juridicidade alternativa calcada nos conflitos sociais e no poder popular (SOUSA JUNIOR, 2011). No Calabar, foram os movimentos sociais e a organização política dos próprios moradores em torno das demandas e necessidades da comunidade que garantiram a melhoria da qualidade de vida no bairro, inclusive, pressionando o poder público para a instalação de equipamentos básicos, regularização da posse e, acima de tudo, o reconhecimento das instituições políticas fundadas pelos moradores, como a Escola Aberta do Calabar, uma escola comunitária construída em 1982 em sistema de mutirão e que até hoje permanece em funcionamento no bairro.

Sobre a Escola Aberta, Luísa Mahin* que participou dos primórdios do projeto, narra que “a escola foi constituída com o pensamento, a prática de Paulo Freire”, tornando-se também e, substancialmente, um espaço de formação política para as novas gerações de moradores do bairro, o que explica o fato do Calabar ser um bairro extremamente engajado até os dias atuais, com a capilarização de novos movimentos sociais e atuação massiva de coletivos políticos. Nesse sentido, complementa Luísa Mahin*:

Desde quando ela [a Escola Aberta] foi fundada, a filosofia dela era que o aluno pudesse vir aqui como ele pudesse, sem exigência de pagamento, de material didático, dessas coisas. E a base mais forte era trabalhar politicamente também, essa educação política que não era dada nas outras escolas. Então, a nossa escola tinha essa finalidade de orientá-los, orientar essas crianças, esses pré-adolescentes e até os adultos, porque tinha a alfabetização de adultos à noite, para tomarem conhecimento do que existia em torno deles, em torno da sua comunidade, em torno do mundo, porque a gente não falava só da questão do Calabar, da cidade de Salvador, da Bahia, mas se discutia toda uma questão social global. Então dava possibilidade para o sujeito ser pensante, o sujeito ser questionador, o sujeito não aceitar com passividade a situação que lhe era imposta, como foi imposta a questão, nossa questão trazida da África. (Luísa Mahin*).

A proposta pedagógica de Paulo Freire (1987) se assenta na indissociabilidade da formação educacional com o processo de emancipação dos sujeitos. Trata-se de uma educação que busca problematizar as questões sociais vigentes e, dessa forma, estimular a consciência crítica da realidade a partir de uma postura ativa do aluno. Sendo assim, a educação, dentro do horizonte freiriano, é encarada

como um ato político e, por isso, capaz de conduzir a libertação e autonomia dos indivíduos diante de um mundo dominado por processos heterônomos de alienação. Como explica Paulo Freire (1989, p. 9): “a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele”.

Portanto, a Escola Aberta do Calabar, ao adotar uma perspectiva pedagógica com viés político, não só contribuiu (e contribui) para o fortalecimento das lutas dentro da comunidade, como também enceta a possibilidade de um processo de transformação social ainda mais profundo, de uma educação voltada para a cidadania e formação de “cidades educadoras”, como preconiza José Geraldo de Sousa Júnior (2009, p. 5):

Uma cidade pode ser considerada educadora quando nela, além dos vários modos de ocupação de espaços, nos quais se realizam múltiplas interações e experiências do conviver, são disponibilizadas incontáveis possibilidades educacionais, contendo em si elementos importantes para a formação integral de seus habitantes. [...] Normalmente são identificados atributos para designar uma cidade educadora, a partir da constatação de que ela tem um governo eleito democraticamente e seus dirigentes se empenham em incentivar projetos de educação para a cidadania. Mas a análise histórica e social de qualquer cidade facilmente leva a identificar ações organizadas de movimentos sociais ou de comunidades de vizinhança que representam inúmeras iniciativas e experiências carregadas de sentido educador, por se caracterizarem como processos qualitativos de novas sociabilidades. O notável nesses processos é a construção de uma consciência social mais elevada.

Os relatos a seguir de Alana e Jhoilson, que estudaram na Escola Aberta, validam a potencialidade emancipatória deste programa político-educacional comunitário:

Eu fui aluna da Escola Aberta do Calabar. Eu acho que tudo que eu sou eu devo a duas pessoas: a minha ancestralidade, que é minha mãe, que hoje mora no Oru, Maria Anita de Carvalho, e a Escola Aberta é a professora Nilza. Se eu não tivesse essas duas mulheres na minha vida, talvez hoje eu nem estava mais aqui contando história, ou estaria hoje no meio da prostituição, ou até mesmo no mundo das drogas. Então eu acho que é de suma importância esse movimento social, político, social novamente, não político-partidário, mas uma política que vem para uma política social. Então é de suma importância [a educação política comunitária] porque transforma a vida e transforma indivíduos. (Alana).

Muito antes de se pensar em cota nas universidades públicas, nos cursos de educação, foi na Escola Aberta que eu pude ter a minha primeira professora preta. Porque o meu referencial de educação, eu estudei em outras escolas, e poucas professoras pretas passaram pela minha educação... Na universidade também poucas professoras pretas passaram pela minha

educação. E aí [na Escola Aberta] eu já pude ter um projeto político no meio da minha educação infantil para poder perceber uma pessoa preta enquanto idealizadora daquele projeto pedagógico, alguém que estava contribuindo para uma vitória futura também. [...] A escola funciona hoje da forma como funciona, de forma libertária, porque a escola se renega a se municipalizar e a repassar a gestão e o patrimônio para esses governos, para qualquer tipo de governo. E o grande mérito da escola é manter viva, manter atuante e agindo na educação dos nossos jovens, das nossas crianças, da nossa comunidade, é não ter se rendido. (Jhoilson).

Dessarte, esse trabalho de alfabetização política, ao provocar uma leitura crítica da realidade “[...] se constitui como um importante instrumento de resgate da cidadania e [...] reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais que lutam pela melhora da qualidade de vida e pela transformação” (FREIRE, 2006, p. 68). Também aí é importante referenciar os projetos de intervenção artística e ações culturais que são realizados na Escola Aberta e também a partir das outras organizações e coletivos independentes no bairro. Abordando a relação entre arte, educação e formação política, sobressai o relato de Caíque, que é grafiteiro e realiza com jovens periféricos o projeto social “Favelaria”:

O humano precisa de arte para oxigenar o cérebro, que é música, que é arte visual, que é dança, e até muitas outras coisas eu considero arte, até mesmo como esporte, como jiu-jitsu, boxe, que são coisas que liberam a nossa energia, os sentimentos, e isso é muito importante. Eu acho que para qualquer humano, ainda mais para o humano que está em uma situação de periferia, que é uma situação mais vulnerável, então muitas vezes ele tem ali traumas, tem coisas que a arte ou um esporte com certeza vai ajudar ele, às vezes a curar, às vezes a colocar para fora, e a agir mesmo como uma ação psicológica. E sobre a questão social, a arte é libertadora, quando a gente se relaciona com a arte automaticamente a gente se torna uma pessoa mais livre. Então a arte é importantíssima, para qualquer classe social, e para a classe pobre, periférica, a arte ela vem mesmo para oxigenar o cérebro, quando ele ouve uma música, ouve um pagodão, por exemplo, ele está dançando, ele está liberando ali sua raiva, suas angústias, está tudo indo embora ali naquela dança, ou naquela expressão artística que seja grafite, ou qualquer outra expressão que um periférico venha a fazer, é muito importante, sem dúvida. Inclusive, eu acho que uma das formas de se conquistar o estudo para os jovens periféricos, para que os jovens periféricos tenham uma empatia maior com o estudo, um interesse maior, eu acho que o caminho é a arte-educação, você misturar arte, a ideia da coisa artística, com valores sociais e valores acadêmicos. (Caíque).

Conforme ressalta Ernst Fischer (2007, p. 57), “a Arte capacita o homem para compreender a realidade e o ajuda não só a suportá-la como também a transformá-la”. Tanto por isso, em contextos de vulnerabilidade social, de violência e violações generalizadas, como é o contexto das favelas brasileiras, a arte emerge,

insurge-se, como via de fuga e de denúncia, mesmo de superação daquela realidade, em que novos “imaginários” podem ser pensados e repensados. A experiência artística conduz também a um processo de (re)apropriação espacial em que novas territorialidades podem ser produzidas, desde e a partir dessas outras sensibilidades que subvertem as representações da cidade hegemônica (CORREIA; ALMEIDA; MENEZES, 2021), como é o caso do grafite⁵, uma expressão de arte eminentemente subversiva e praticada por moradores periféricos.

Depreende-se do percurso construído até aqui que a noção de “cidadania”, da cidadania vivida, incorpora, a partir das experiências e significados empregados por esses moradores periféricos, um valor político e existencial que ultrapassa a noção estrita, estacionária e apática dos códigos e convenções. A “cidadania formal” não se revela mais do que uma farsa, uma farsa convertida em tragédia. A afirmação de Jhoilson é lapidar: “a consciência da cidadania, para mim, é clara na ausência da cidadania”. Essa ausência se manifesta no território (na falta de saneamento básico em áreas pobres da cidade, no racismo ambiental, no déficit habitacional, na carência de infraestrutura e equipamentos urbanos nas zonas periféricas, nos despejos e nas invasões policiais etc.), mas o que não se pode esquecer é que também no território, neste mesmo território vilipendiado, se manifestam os movimentos de resistência e de transformação social que persistem e fazem frente a esse sistema de injustiças.

Nesse sentido é que, mais do que um direito inscrito em uma folha de papel, a cidadania desponta como uma arma na luta contra as desigualdades. Daí a relevância dos movimentos sociais e dos coletivos políticos, não apenas pela ação de conquista de direitos, mas porque desta ação, o próprio Direito se vê confrontado, impelido a um processo de ressignificação de seus institutos, como o próprio instituto da “cidadania”, diante daquilo que vem de fora, de fora do seu arcabouço dogmático e da velhacaria do seu discurso, aprendendo, ainda que com relutância, a linguagem do povo, a linguagem da “rua”.

Quando a voz da favela ecoa pela cidade, o chão da cidade treme. Salvador tremeu quando o Calabar tomou a praça do Elevador Lacerda, quando toda aquela gente reunida clamou em um só tom pelo direito a uma vida digna nesta cidade. Salvador tremeu quando a gente de Calabar fincou os pés no chão e se recusou a sair do lugar onde morava. Salvador tremeu quando aqueles moradores se juntaram e fundaram uma escola comunitária, ensinando os seus filhos e filhas não só a aprender a ler e a escrever, mas a resistir e a lutar. Salvador tremeu quando as mulheres do Calabar levantaram uma creche e criaram a sua própria associação para reivindicar seu lugar na história e nessa cidade. Salvador tremeu quando gays, lésbicas, trans e travestis de uma comunidade periférica mobilizaram uma caminhada exigindo respeito a seus corpos e corpos. A cidade treme quando a favela se levanta!

5 Grafite ou no original em italiano graffiti é uma expressão artística que remonta a uma prática antiga de deixar marcas ou inscrições em espaços públicos. Essas inscrições variavam desde mensagens políticas e declarações pessoais até grafitagens humorísticas e desenhos. Essa prática se popularizou nos guetos e bairros pobres de grandes metrópoles, tornando-se bastante comum também nas favelas e periferias brasileiras, caracterizando-se pela criação de imagens, letras e símbolos em muros e paredes principalmente com uso de tinta spray. De acordo com Blauth e Possa (2012, p. 160), “o grafite já faz parte do dia a dia dos espaços urbanos, principalmente das grandes cidades do mundo, sendo legitimado como uma manifestação artística que rompe com padrões estéticos de percepção e apreensão convencional da arte”. Assim é que, originado como uma forma de manifestação cultural marginal, o grafite transcende as fronteiras da arte convencional, tornando-se uma ferramenta de denúncia, resistência e reivindicação por parte das comunidades excluídas.

Segundo Harvey (2014), o direito à cidade é um direito mais coletivo do que individual, de modo que reinventar a cidade depende obrigatoriamente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. Para Jacobi (1986a, p. 24-25), “os diversos movimentos sociais que emergiram nos últimos anos têm indicado alguns caminhos a respeito do que é necessário para se criar uma consciência mais ampla da cidade”. A criação de uma mentalidade solidária nos bairros, onde as pessoas se unem para discutir seus problemas e propor soluções, construindo uma rede de vida social organizada; os processos de autoconstrução da moradia, de equipamentos coletivos e espaços de lazer; a fundação de instituições comunitárias, organização de mutirões, entre outras ações de engajamento cívico e social; tudo isso só confirma a vitalidade e potencialidade revolucionária dos movimentos sociais periféricos, demonstrando que as alternativas ao nosso atual modelo de cidade e de vida urbana, e mais do que isso, de nosso atual modelo de sociedade e vida cotidiana, não só são possíveis, como também já encontram um terreno fértil para o seu desenvolvimento em nível local e global.

Inserido nesse contexto, embora se trate de uma experiência específica, com suas particularidades e contradições, o exemplo do Calabar reverbera questões que tensionam as fronteiras entre o local e o global. Na realidade, nenhum movimento global é verdadeiramente global, antes torna-se global através das articulações e conexões entre as lutas locais. Por isso todo movimento local é potencialmente global e toda luta social é potencialmente revolucionária. Se Lefebvre nos ensina algo é de que as grandes transformações do nosso tempo não ocorrerão a partir de um único evento pontual ou uma ruptura abrupta isolada, mas sim a partir de um processo dialético e permanente a ser realizado nos interstícios da vida cotidiana. São ações que se acumulam e espaços que se renovam, a todo momento e a todo instante. Nesse momento e nesse instante.

A capacidade dos movimentos sociais periféricos de promover mudanças em nível local, de criar uma consciência coletiva da cidade, reivindicar espaços e redefinir as trajetórias revolucionárias a partir da luta cotidiana, não deixa, portanto, de ser um indício de que talvez a “revolução” de que nos falava Lefebvre, a “revolução urbana” (LEFEBVRE, 1999) ou, como mais tarde designaria de forma mais ampla — a “revolução do espaço” (LEFEBVRE, 2006) —, já esteja em curso, se refazendo e se reproduzindo à medida dos próprios movimentos de (re) apropriação do espaço e do cotidiano em todas as suas dimensões (econômica, política e, principalmente, cultural). Como explica Pereira (2018, p. 29):

A concepção de revolução na perspectiva lefebvriana é construída a partir das análises da vida cotidiana no mundo moderno, em que propõe a ideia de uma “revolução cultural permanente” distinta daquela que foi posta em prática, por exemplo, por Mao na China, ampliando-a na discussão do direito à cidade e da revolução urbana, culminando na discussão ampla da própria produção do espaço.

Assim, na visão de Lefebvre (2006), uma revolução que não resulta na criação de um “espaço novo” não atinge sua plena potencialidade; ela fracassa; não causa mudanças significativas na vida; seu impacto se limita a alterações superficiais nas superestruturas ideológicas, nas instituições e nos aparelhos políticos. Como aduz Lefebvre (2006, p. 93), “uma transformação revolucionária se verifica pela capacidade criadora de obras na vida cotidiana, na linguagem, no espaço, um não

acompanhando, necessariamente, o outro, igualmente”, mas convergindo para uma transformação radical e total da sociedade, rumo a construção da “cidade possível”, do “espaço diferencial”, da “utopia experimental”, como “[...] um movimento vivo que avança em direção ao horizonte” (LEFEBVRE, 2017, p. 7).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Harvey (2014), as áreas urbanas desempenham um papel crucial como locais para ações e manifestações políticas, de modo que as características específicas de cada lugar são importantes e a remodelação tanto física quanto social e a organização espacial desses lugares podem ser utilizadas como estratégias nas disputas políticas. Por essa razão, a materialidade dos conceitos de “cidadania” e “direito à cidade” depende da ligação com o “território” e as relações territoriais. O território não é apenas o palco de encenação da vida, mas o seu enredo, sem o qual a vida em si perde todo o seu sentido. O homem só existe no território e também é no território que ele resiste.

A favela, espaço do cidadão periférico, é compreendida dentro dos circuitos da cidade hegemônica como um território avesso a civilidade e a urbanidade. Isto nos leva a compreender que as formas como os habitantes da cidade se relacionam entre si e as próprias divisões espaciais que surgem desta dinâmica envolvem não só a segmentação geográfica desse espaço, mas uma estruturação simbólica dos usos e discursos que o atravessam. A base dessa estrutura se assenta no modo de produção capitalista, que não só mercadoriza o espaço (transformando a terra urbana em mercadoria), como também articula os processos ideológicos de dominação e espoliação das parcelas urbanas desfavorecidas. Assim, falar de direito à cidade, é falar não apenas da necessidade de efetivação de direitos humanos e fundamentais, mas da necessidade de uma mudança real e radical no modo de se relacionar com o espaço e de produzir novas espacialidades.

Nesse sentido é que a experiência política do bairro do Calabar e a atuação dos movimentos sociais presentes nesta comunidade apontam em direção a novas estratégias de produção do espaço e da vida urbana que se opõem ao padrão capitalista hegemônico. Através da mobilização política e da ação coletiva, esses movimentos têm desafiado as estruturas tradicionais de poder, reivindicando não apenas direitos individuais e coletivos, mas também redefinindo as relações comunitárias e a forma como os espaços urbanos são utilizados e (re)construídos.

Desde a fundação do JUC, que possibilitou uma organização mais efetiva da comunidade na demanda e luta por seus direitos, promovendo ações coletivas de melhora das condições de vida na comunidade, além de articular iniciativas que levaram o poder público a realizar intervenções urbanísticas no bairro, o Calabar vem se mobilizando e constituindo novas formas de luta política. A formação de uma Associação de Moradores trouxe mais representatividade para a luta no bairro, permitindo que novas vozes da comunidade fossem ouvidas e novas demandas incorporadas. A criação da Escola Aberta do Calabar também desempenhou um papel crucial, não apenas na garantia de acesso à educação básica formal, mas também como um espaço de formação política e humana para as novas gerações do bairro, contribuindo, assim, para a promoção da cidadania e de práticas educacionais emancipatórias.

De igual modo, a participação das mulheres do bairro foi de suma importância desde os primórdios da luta política, consolidando-se com a criação da Associação Cultural de Mulheres do Calabar (ASCMUC), que deu força as lutas feministas dentro da comunidade e contribuiu para uma nova abordagem das questões de gênero, tanto no contexto local a partir de uma redefinição do papel e da história das mulheres nas lutas comunitárias, quanto no contexto mais amplo da própria luta social. Dentro desse contexto, o movimento LGBTQIA+ também emergiu como uma força transformadora e de desconstrução do patriarcado e da heteronormatividade, unindo-se às lutas por direitos e à afirmação de “identidades insurgentes”, para construção de uma comunidade e uma cidade mais inclusivas e diversas.

Evidentemente, é importante reconhecer que as ações e lutas políticas têm limitações. Problemas novos surgem, ao passo que antigos permanecem. Contudo, se as contradições são inerentes a esse processo, elas também podem servir como motores de transformação e renovação permanente dessas pautas e lutas. E é exatamente a partir dessa perspectiva dialética que a luta pelo direito à cidade emerge como potencialidade revolucionária, consubstanciando, mais do que uma “cidadania insurgente”, uma espécie de “cidadania heterotópica”; uma cidadania que nasce e se renova no limiar das utopias (das “utopias concretas”), apontando em direção a um horizonte de novas práticas políticas emancipatórias.■

Recebido em: 27-05-2023

Aceito em: 26-09-2023

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ANDRADE, Adriano Bittencourt; BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. *Geografia de Salvador*. Salvador: EdUFBA, 2009.
- BARROS II, João Roberto; SILVA, Everton Aciole da. Espaço urbano e relações de poder a partir de Michel Foucault. *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 1-21, 2023.
- BELLO, Enzo. *Teoria Dialética da Cidadania: política e direito na atuação dos movimentos sociais urbanos de ocupação na cidade do Rio de Janeiro*. 445 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- BLAUTH, Lurdi; POSSA, Andrea Christine Kauer. Arte, Grafite e o Espaço Urbano. *Palíndromo*, Florianópolis, v. 4, n. 8, p. 146-163, 2012.
- BRITTO, Lays; MELLO, Márcia; MATTA, Raissa da. O processo de transformação urbana de Salvador-BA. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 2, n. 37, p. 111-127, 2017.
- CALVINO, Italo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, Claudio Oliveira; MACEDO JÚNIOR, Gilson Santiago. ‘Isto é um lugar de respeito!’: a construção heteronormativa da cidade-armário através da invisibilidade e violência no cotidiano urbano. *Revista de Direito da Cidade*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 103-116, 2017.
- CARVALHO, Inaiá M. M. de; ARANTES, Rafael de Aguiar. Transformações na estrutura urbana e desigualdades sociais: reflexões a partir da trajetória de Salvador. *Caderno CRH*, Salvador, v. 35, p. 1-21, 2022.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. As “cidades” de Salvador. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Orgs.). *Como anda Salvador e sua Região Metropolitana*. Salvador: EdUFBA, 2008.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. Segregação Socioespacial e Desigualdades em Salvador. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 235, p. 5-22, 2015.
- CARVALHO, Inaiá; ARANTES, Rafael. “Cada qual no seu quadrado” Segregação socioespacial e desigualdades raciais na Salvador contemporânea. *EURE - Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales*, Santiago, v. 47, n. 142, p. 49-72, 2021.
- CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- COLETIVO ALEPH. Um olhar não heteronormativo sobre mobilidade e permanência em espaço urbano. *Forum Sociológico*, Lisboa, n. 36, p. 25-35, 2020.
- CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a Boca Calabar: a luta política dos favelados*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- CORREIA, Raique Lucas de Jesus *et al.* Notas sobre o conceito de localização: impactos nas reflexões acerca da segregação socioespacial. *Geotemas*, Pau dos Ferros, v. 13, p. 1-26, 2023.
- CORREIA, Raique Lucas de Jesus; ALMEIDA, Priscila Nascimento Ladeia; MENEZES, José Euclimar Xavier de. Experiências artísticas e (re)apropriação do espaço: produzindo territorialidades contra-hegemônicas. In: SEMANA DE ANÁLISE REGIONAL E URBANA, 18, 2021, *Anais...* Salvador: UNIFACS, 2021, p. 512-517.

CÔRTEZ, Sara da Nova Quadros; ARAÚJO, Cloves dos Santos. Dialética Social no Rastro do Pensamento de Roberto Lyra Filho e Milton Santos: aportes teóricos no campo do Direito e Geografia. *Direito.UnB – Revista de Direito da Universidade de Brasília*, Brasília, v. 6, n. 2, p. 251-267, 2022.

COSTA, Alexandre Bernardino *et al.* A trajetória teórica e prática de O Direito Achado na Rua no campo dos Direitos Humanos: humanismo dialético e crítica à descartabilidade do ser humano. *In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de et al. (Org.). O Direito Achado na Rua: Introdução Crítica ao Direito como Liberdade*. Brasília: OAB Editora/Editora da Universidade de Brasília, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p.171-189, 2002.

D’ANDREA, Tiaraju. *A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. São Paulo: Editora Dandara, 2022.

D’ANDREA, Tiaraju. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 39, p. 19-36, 2020.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Ser cidadão. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, v. 1, p. 61-64, 1984.

DE PAULA, Aline Batista. Territórios Desiguais – Racismo e o Acesso à Cidade. *(SYN)THESIS*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 64-82, 2016.

DEFFNER, Veronika. Geografia da Desigualdade Social: uma perspectiva de geografia urbana crítica apresentada a partir do exemplo da produção social da favela em Salvador/BA. *GeoTextos*, Salvador, v. 6, n. 2, 2010.

DOUZINAS, Costas. *O Fim dos Direitos Humanos*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2009.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Globo, 2008.

FERRARA, Luciana Nicolau; GONSALES, Talita Anzei; COMARÚ, Francisco de Assis. Espoliação urbana e insurgência: conflitos e contradições sobre produção imobiliária e moradia a partir de ocupações recentes em São Paulo. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 21, p. 807-830, 2019.

FISCHER, Ernst. *A Necessidade da Arte*. São Paulo: Zahar, 1973.

FLEURY, Sônia. A Cidade dos Cidadãos. *SER Social*, Brasília, n. 17, p. 1-46, 2005.

FREIRE, Paulo. *A Educação na Cidade*. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Paulo. *A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Sérgio. *Análise de Discurso: procedimentos metodológicos*. Manaus: EDUA, 2021.

FREITAS, Samuel Santos. *Jovens Unidos do Calabar (JUC): Experiência de um Movimento de Bairro de Salvador (1977-1985)*. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

GIUDICE, Dante Severo. *Impactos Ambientais Urbanos: O Exemplo do Calabar - Salvador - BA*. Salvador: P&A Editora, 2011.

GIUDICE, Dante Severo; SOUZA, Regina Celeste de Almeida. O Processo Recente de Favelização em Salvador: o exemplo do Calabar. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 2, n. 3, p. 87-93, 2000.

GOMES, Julia Dias; MELLO, Marcia Maria Couto. Efeitos da dinâmica socioeconômica e a segregação socioespacial em Salvador, Bahia. *Revista Baru - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos*, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 1-22, 2023.

- GOMES, Paulo Cesar da Costa. *A Condição Urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. A dimensão ontológica do território no debate da cidadania: o exemplo canadense. *Revista Território*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 43-62, 1997.
- HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HARVEY, David. The “New” Imperialism: Accumulation by Dispossession. *Socialist Register*, Londres, v. 40, p. 63-87, 2004.
- HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. *InterfacEHS*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 01-20, 2008.
- HOLSTON, James. *Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- HOLSTON, James. Espaços de Cidadania Insurgente. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 24, p. 243-253, 1996.
- HOLSTON, James. Insurgent Citizenship in an Era of Global Urban Peripheries. *City & Society*, v. 21, n. 2, p. 245-267, 2009.
- JACOBI, Pedro. A Cidade e os Cidadãos. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, v. 2, p. 22-26, 1986a.
- JACOBI, Pedro. Equipamentos de consumo coletivo, demandas sociais e conquistas da cidadania. In: COVRE, Maria de Lourdes Manzini (Org.). *A cidadania que não temos*. São Paulo: Brasiliense, 1986b.
- KOWARICK, Lúcio. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- KOWARICK, Lúcio. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. *A Produção do Espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La Production de L’Espace*. 4. ed. Paris: Ed. Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev. 2006.
- LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. *El Espacio: producto social y valor de uso*. Trad. Jiménez Pacheco. 2017. Disponível em: <<https://marxismocritico.com/2017/04/27/el-espacio-producto-social-y-valor-de-uso/>>. Acesso em: 16 jan. 2023.
- LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LIMA, Adriana Nogueira Vieira. *Do Direito Autoconstruído ao direito à cidade: porosidades, conflitos e insurgências em Saramandaia*. Salvador: EDUFBA, 2019.
- LOJKINE, Jean. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- LYRA FILHO, Roberto. Desordem e Processo: um Prefácio Explicativo. In: LYRA, Doreodó Araújo (Org.). *Desordem e Processo: estudos sobre o Direito em homenagem a Roberto Lyra Filho, na ocasião do 60º aniversário*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1986.
- LYRA FILHO, Roberto. *O que é Direito?*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, Ermínia (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- MARICATO, Ermínia. *Metrópole na Periferia do Capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, Ermínia. Metrópole Periférica, Desigualdade Social e Meio Ambiente. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (Orgs). *O Desafio da Sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Funda o Perseu Abramo, 2001.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classes e Status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. São Paulo: Janda ira, 2021.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2012.

PEÇANHA, Osias Pinto. *O Direito Achado na Favela: a dinâmica do pluralismo jurídico na favela do Vidigal*. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2022.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica   afirma o do óbvio*. Campinas: Editora Unicamp, 1995.

PEDR O, Fernando. A Urbaniza o Voraz em Salvador. *Revista VeraCidade*, Salvador, v. 5, p. 1-11, 2009.

PEREIRA, Cláudio Smalley Soares. "Mudar a vida": da revolu o urbana   revolu o do espaço - o projeto de Henri Lefebvre. *GEOgraphia*, Niterói, v. 20, n. 43, p. 21-33, 2018.

RIBEIRO, Djamilia. *O que   lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2017.

RIOS NETO, Eduardo; RIANI, Juliana de Lucena Ruas. Desigualdades raciais nas condi es habitacionais na popula o urbana. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). *Diversidade, espaços e rela es étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ROLNIK, Raquel. *O que   Cidade?*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). *Diversidade, espaços e rela es étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ROSA, Aline Machado de Farias; SOUZA, Gabriel Barros Gonçalves de; CAVALCANTE, Marília Moreira. A urbaniza o do bairro de Itapu , Salvador (BA). *Revista Baru - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos*, Goiânia, v. 8, n. 1, 2022.

RUBIO, David Sánchez. Encantos e Desencantos dos Direitos Humanos: de emancipa es, liberta es e domina es. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

SANTANA, Leonardo Silvério G. de et al. Uma análise sobre o crescimento da cidade de Salvador (BA) e os reflexos na segrega o socioespacial. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 198, p. 61-73, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O Direito dos Oprimidos: sociologia crítica do direito*. São Paulo: Cortez, 2015.

SANTOS, Milton. Contribui o ao estudo dos centros de cidades: o exemplo da cidade do Salvador. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 32, p. 17-30, 1959.

SANTOS, Milton. *O Centro da Cidade do Salvador: estudo de geografia urbana*. São Paulo: EdUSP/ Salvador: EdUFBA, 2008.

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: EdUSP, 2007.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A Atualiza o do Conceito de Quilombo: identidade e território nas defini es teóricas. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, p. 129-136, 2002.

SERPA,  ngelo. Periferiza o e Metropoliza o no Brasil e na Bahia: o exemplo de Salvador. *GeoTextos*, Salvador, v. 3, p. 31-46, 2007.

- SILVA, Marcelo Martins da. Insurgência e Conservadorismo: considerações sobre o paradoxo da cidadania no Brasil. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 39, p. 70-84, 2017.
- SOARES, Antonio Mateus de C. “Territorialização” e Pobreza em Salvador – BA. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, v. 4, n. 2, p. 17-30, 2006.
- SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. Cidades Educadoras. *Revista do SINDJUS - Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF*, Brasília, n. 59, 2009.
- SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. *Direito como Liberdade: O Direito Achado na Rua*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2011.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- TEIXEIRA, Carlos M. Enclaves e contra-enclaves. *Arquitextos*, São Paulo, n. 142, 2012.
- TEIXEIRA, Humberto Gustavo Drummond da Silva. *O planejamento urbano e a efetividade dos direitos à cidade no bairro do Calabar – Salvador/BA*. 182 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social), Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2014.
- VALLADARES, Licia do Prado. *A Invenção da Favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Problemas e desafios do “velho centro” de Salvador. In: FERNANDES, José Alberto Rio; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). *A nova vida do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras*. Porto: Universidade do Porto/CEGOT, 2013.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Uma discussão sobre o uso dos conceitos de processos (e formas) espaciais nas cidades brasileiras. *Confins*, Aubervilliers/São Paulo, n. 44, 2020.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.
- WARAT, Luis Alberto. *A Rua Grita Dionísio! Direitos Humanos da Alteridade, Surrealismo e Cartografia*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- WARAT, Luis Alberto. *Introdução Geral ao Direito III: o direito não estudado pela teoria jurídica moderna*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1997.
- WOLKMER, Antônio Carlos. *Pluralismo Jurídico: fundamentos para uma nova cultura do direito*. São Paulo: Alfa Omega, 1997.